
	Ação Educativa
	Documentação
CÓDIGO:	05.02.01
	Sus pro 5
	Data 05/01/00

PROJETO SESC – LER
Proposta pedagógica

Serviço Social do Comércio
Departamento Nacional

1999

ELABORAÇÃO

SESC - Serviço Social do Comércio – Departamento Nacional

Rua Voluntários da Pátria, 169 Rio de Janeiro – RJ Brasil

Tel. (021) 536 - 8953 Fax (021) 536 - 8812

E-mail: dae@sesc.com.br

Home page: <http://www.sesc.com.br>

Equipe: Ada Lúcia Costa Lobato

Lígia Maria Paes Macacchero

Márcia Costa Rodrigues Leite

Maria Alice Lopes de Souza

Marisa Narcizo Sampaio

Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa Informação

Rua Higienópolis, 901 São Paulo – SP Brasil

Tel. (011) 8255544 Fax (011) 3666-1082

E-mail: acaoeducativ@ax.apc.org

Home page: <http://www.acaoeducativa.org>

Equipe: Vera Masagão Ribeiro (edição)

Cláudia Lemos Vóvio

Maria Clara di Pierro

Maurilane Biccas

Tarcísio Mauro Vago

ÍNDICE

Apresentação.....	4
1- Diretrizes Básicas.....	5
1.1- Características gerais do projeto.....	5
1.2- Conceito e metodologia de alfabetização.....	7
1.3- Engajamento e formação dos educadores.....	9
2- Aspectos Organizativos.....	11
2.1- Identificação e mobilização de demanda.....	11
2.2- Marco legal.....	15
2.3- Estrutura de funcionamento dos cursos e certificação.....	16
2.4- Estratégias intersetoriais e interinstitucionais.....	17
3- Instrumentos de trabalho do educador.....	18
3.1- O plano didático.....	18
3.2- O acompanhamento da aprendizagens dos alunos.....	26
3.3- A organização da rotina de sala de aula.....	28
4- Áreas, conteúdos e objetivos de aprendizagem.....	30
4.1- Estudos da Sociedade e da Natureza.....	33
4.2- Artes.....	44
4.3- Movimento e Corpo.....	45
4.4- Língua Portuguesa.....	47
4.5- Matemática.....	61
Bibliografia.....	73
Referências Bibliográficas das Citações.....	74

Apresentação

O SESC é uma entidade de prestação de serviços de caráter socioeducativo, cuja atuação se dá no âmbito do bem-estar social, nas áreas da saúde, cultura, educação e lazer. Seu objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida da população e facilitar meios de aprimoramento cultural e profissional. Criado, mantido e administrado pelo empresariado do comércio, o SESC cultiva como valor maior que orienta sua ação o estímulo ao exercício da cidadania e à democracia, principais caminhos na busca do bem-estar individual e coletivo.

Levando em conta sua origem, sua história, seus princípios e as características do meio em que atua, o SESC reafirma as finalidades que lhe deram origem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e para o desenvolvimento econômico e social de todos. Por meio de uma ação educativa, propositiva e transformadora, o SESC visa principalmente ao fortalecimento da capacidade de os indivíduos buscarem, eles mesmos, a melhoria de sua qualidade de vida, bem como ao enriquecimento e à difusão da produção cultural.

A diretriz básica do SESC é imprimir um caráter eminentemente educativo a todas as atividades e serviços desenvolvidos, fazendo com que ultrapassem seus objetivos mais imediatos e resultem também em informação, capacitação e desenvolvimento de valores. É justamente essa função educativa que caracteriza e diferencia a ação institucional do SESC em relação ao trabalho desenvolvido por outras entidades assemelhadas. O trabalho educativo está voltado para o desenvolvimento integral dos indivíduos, tendo em vista o aperfeiçoamento da compreensão de si mesmos e do meio em que vivem, a melhoria de suas condições de vida no âmbito social e cultural e o desenvolvimento de valores que os façam participantes ativos de uma sociedade que está passando por mudanças.

Visando ampliar e fortalecer ainda mais a dimensão educativa de sua ação social, o Departamento Nacional do SESC criou nos estados o Projeto SESC – LER, com a finalidade de implementar um processo educativo integrado para jovens e adultos não escolarizados, respeitando a diversidade local. A implementação desse projeto está se iniciando nas comunidades mais carentes e isoladas dos estados brasileiros. Certamente, tal empreitada não solucionará isoladamente o problema do analfabetismo e do déficit educacional da sociedade brasileira; entretanto, contribuirá diretamente para minimizá-la, podendo servir ainda como referência nacional, um exemplo que anime outras instituições a atuar no mesmo sentido.

“... não há como falar em esperança se o braços se cruzam e passivamente se espera. Na verdade, quem espera na pura espera vive um tempo de espera vã. A espera só tem sentido quando, cheios de esperança, lutamos para concretizar o futuro anunciado...”

Paulo Freire

1.1 Características gerais do projeto

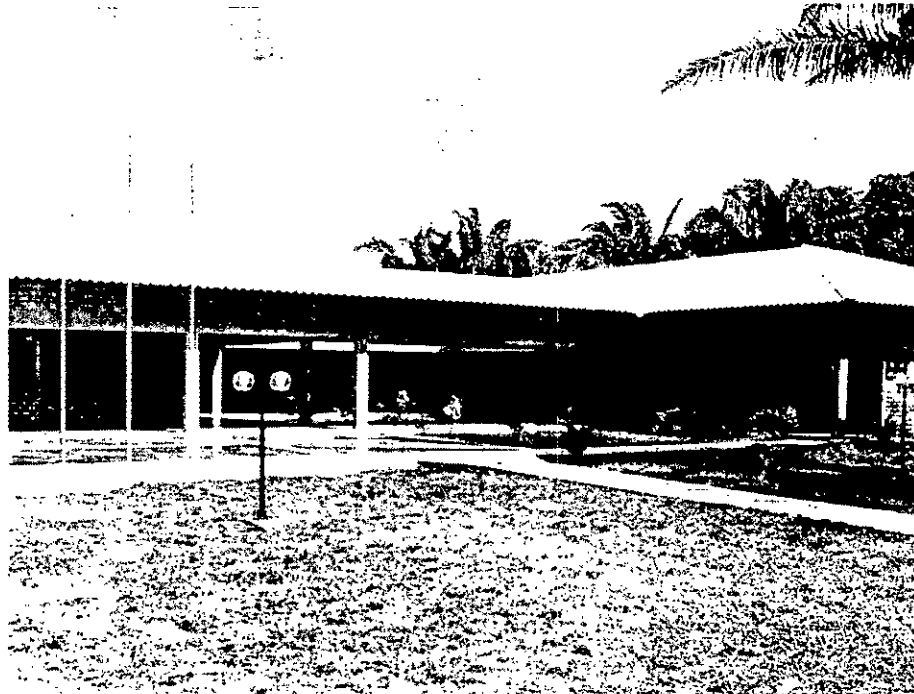
SESC – LER é um projeto educativo que visa alfabetizar jovens e adultos no Brasil por meio da criação de Centros de Educação de caráter interdisciplinar e participativo, a ser implantados no interior dos estados brasileiros. Esses Centros de Educação representam uma proposta inovadora, cuja característica mais marcante consiste na combinação de atividades de alfabetização de jovens e adultos com ações que o SESC já oferece nas áreas de cultura, lazer e saúde. Para tanto, tais centros devem funcionar em horário integral, possibilitando também o atendimento complementar a outras faixas etárias. O público dos Centros de Educação deve ter acesso não só a salas de aula como também às salas de leitura, que dispõem de um variado acervo, além de outros espaços próprios para atividades esportivas, culturais e de atendimento à saúde. Tais espaços se caracterizam por um trabalho de excelência didático-pedagógica, integrando os objetivos curriculares a um amplo leque de exigências socioculturais.

A combinação de atividades que os Centros de Educação oferecem ao seu público expressa a concepção de alfabetização do Projeto SESC – LER. Sua proposta é que o aprendizado da leitura e da escrita se realize numa constante prática de diálogo entre professores e alunos, de modo que jovens e adultos possam refletir sobre suas próprias experiências e desenvolver a consciência crítica sobre suas relações com o meio ambiente físico, cultural, social e político.

O raio de abrangência dos Centros de Educação pode ser ampliado mediante a utilização de outros espaços complementares cedidos por entidades dispostas a estabelecer parcerias. Nesse caso, o SESC se responsabiliza pela contratação dos profissionais, seu treinamento e o fornecimento de material didático, além de supervisão pedagógica e apoio à divulgação.

O estabelecimento de parcerias com a Administração Municipal e com outras entidades que atuam na região é essencial não apenas no que se refere à cessão de espaços. De fato, o SESC entende que tais parcerias são estratégicas no sentido de viabilizar desdobramentos futuros de sua ação. Inserção ou reinserção nos sistemas de educação fundamental, educação para a saúde, esportes, circuitos culturais, ação comunitária, formação profissional, identificação de oportunidades econômicas,

organização para o trabalho: esses são alguns dos desdobramentos necessários à ação alfabetizadora, reforçando seu potencial transformador e afastando o risco de regressão ao analfabetismo.



A integração com as comunidades é a garantia do sucesso. Cada Centro Educacional com sua arquitetura despojada ganhará vida própria de acordo com as expectativas e possibilidades da população.

1.2 Conceito e metodologia da alfabetização

Nas últimas décadas, o conceito de alfabetização vem mudando radicalmente. Durante muito tempo, considerou-se que uma pessoa estava alfabetizada quando sabia ler e escrever, ainda que num nível muito rudimentar. Foi essa concepção que, durante muito tempo, orientou a maioria das campanhas de alfabetização de jovens e adultos em todo o mundo. Acreditava-se que em dois ou três meses se pudessem ensinar os princípios básicos da codificação dos sons em letras e que, a partir de então, jovens e adultos já estariam aptos a empregar esse conhecimento em proveito próprio. Essa concepção levou a maioria das campanhas de alfabetização de adultos ao fracasso. Encerrada a campanha, a maioria dos jovens e adultos não encontrava incentivos para aplicar seus conhecimentos nem oportunidades educativas para continuar aprendendo: ocorria então o fenômeno conhecido como regressão ao analfabetismo.

Atualmente, os educadores trabalham com um conceito mais abrangente, que pode ser designado como alfabetismo ou letramento. Esse conceito refere-se não apenas ao saber ler e escrever, mas principalmente ao saber usar a leitura e a escrita. Portanto, para passar da condição de analfabeta para a de alfabetizada, em alguma medida o indivíduo tem de incorporar a linguagem escrita em sua vida.

Essa concepção mais abrangente de alfabetismo sugere uma revisão dos objetivos da alfabetização de adultos. A meta não é simplesmente ensinar o "bê-á-bá", ou seja, a decodificação das letras, e sim ensinar para que serve a linguagem escrita e como podemos usá-la. Nessa perspectiva, o processo de alfabetização deve compreender não apenas a memorização das relações entre as letras e os sons, mas também a vivência da linguagem escrita em ação.

Em nossa sociedade, a linguagem escrita é utilizada para diversos fins. Serve, por exemplo, para nos comunicarmos com pessoas próximas, por meio de um recado que deixamos antes de sair de casa ou de uma carta que escrevemos a um parente distante. Serve também para nos comunicarmos com pessoas que não conhecemos, por meio de uma carta que escrevemos para um jornal ou para a seção de reclamações de uma empresa. A escrita é útil também como apoio à memória — por exemplo, ao fazermos uma lista do que precisamos comprar no mercado ou marcamos no calendário o dia de pagar uma prestação. Podemos ler para encontrar um número de telefone, para saber o horário de funcionamento de um repartição pública ou para preparar uma receita culinária. Podemos usar a escrita para controlar nosso orçamento doméstico ou para registrar quantas peças produziram os operários de uma seção de uma fábrica. Ainda, para nos informarmos dos acontecimentos que afetam a vida nacional e para fundamentar nossas opções políticas podemos recorrer à leitura. Ou então podemos ler ou escrever para nos distrair, para desabafar, para deixar aflorarem nossas emoções ou para confirmar nossa fé.

Em cada uma das práticas acima mencionadas estão envolvidos diferentes tipos de texto e diferentes operações mentais relacionados com a leitura e a escrita. Certamente é muito diferente ler em voz alta um trecho da Bíblia numa igreja e consultar uma lista de preços numa loja de ferragens; é diferente escrever uma carta para a namorada e anotar o orçamento de um serviço de pedreiro. Em nossa sociedade, alfabetizar-se significa introduzir-se nessa diversidade de práticas de leitura e escrita, significa ser apresentado a essa variedade de textos e não simplesmente à “carta do ABC”.

Diversos estudos comprovam que, para se tornar de fato um usuário da língua escrita, um alfabetizando necessita mais do que um conhecimento rudimentar do código escrito. Ele precisa experimentar um conjunto relativamente amplo de práticas de leitura e escrita, pelo menos aquelas que correspondem aos usos mais comuns dessas habilidades na nossa sociedade. Precisa sedimentar atitudes favoráveis ao uso da linguagem escrita em contextos diversos, tais como o interesse pela busca de informações, pela aprendizagem, pela ampliação de seu universo comunicativo, por novas formas de planejar e controlar a própria atividade individual ou coletiva.

Tem-se indicado um, dois ou mesmo três anos como período mínimo para que se atinja um nível básico de escrita autônoma e leitura compreensiva. Por esse motivo, os programas de alfabetização de adultos, nas últimas décadas, evoluíram no sentido de se constituírem como programas de educação básica. Para minorar o risco da regressão ao analfabetismo, é preciso que o programa possa apontar aos seus egressos perspectivas de continuidade, seja por meio da inserção no sistema de ensino fundamental, seja mediante novas oportunidades de educação continuada. Tais oportunidades podem estar vinculadas a diversos campos de interesse dos jovens e adultos: a qualificação profissional, a ação comunitária, o desenvolvimento cultural ou a participação cidadã.

Enfim, podemos afirmar que a alfabetização só ganha sentido na vida de jovens e adultos se puderem aprender algo mais que juntar letras. Junto com o aprendizado da escrita, eles precisam desenvolver novas habilidades cognitivas de compreensão, elaboração e controle da própria atividade, precisam também criar novas motivações para transformar-se a si mesmos e ao meio em que vivem.

A metodologia proposta para um programa de alfabetização de jovens e adultos deve ser coerente com os objetivos propostos. Se o objetivo se restringe à aprendizagem dos rudimentos da linguagem escrita, os tradicionais métodos alfabéticos e silábicos são suficientes e já provaram sua eficácia. Se se pretende formar usuários da linguagem escrita, capazes de utilizá-la para diversos fins, é essencial que os alfabetizandos tenham a oportunidade de entrar em contato com textos reais e com práticas que demandem a leitura e a escrita significativa desde o início do processo de aprendizagem. Desse modo, permite-se o aprendizado simultâneo do funcionamento do sistema de representação alfabético, de como são organizados os diversos tipos de texto e quais as marcas lingüísticas que caracterizam cada um deles. Ao ganhar familiaridade com

textos reais e variados desde o início da alfabetização, jovens e adultos terão mais disposição para recorrer a eles depois de encerrado o programa, exercitando e desenvolvendo autonomamente suas habilidades de leitura e escrita ao longo da vida.

Durante muito tempo, acreditou-se que para alfabetizar fosse necessário criar textos artificiais — como o das cartilhas —, pois só num segundo momento o aprendiz estaria em condições de ler textos de verdade. Entretanto, o que os estudos atuais mostram é que, longe de ser um benefício, a artificialidade de frases do tipo “Dói o dedo do Dida” ou “Caco comeu o coco” acaba por dificultar a aprendizagem. Tanto as crianças como os jovens e adultos já trazem um conhecimento do mundo e da própria escrita que não pode ser desconsiderado. Uma proposta didática atualizada, que leve em conta as capacidades dos alfabetizandos, deve propiciar-lhes, desde o início do processo, oportunidades para que mostrem o que já sabem e aquilo de que precisam ou que desejam saber; enfim, deve propor-lhes desafios e ampliar os recursos disponíveis para que possam superá-los.

Ao definir uma metodologia para a alfabetização, é preciso também responder a esta pergunta: o que esperamos que os jovens e adultos façam com suas habilidades de leitura e escrita recém-adquiridas? Se esperamos que apenas repitam mecanicamente um conjunto limitado de textos, mais uma vez podemos recorrer aos exercícios de recitação de sílabas e frases de qualquer cartilha. Se desejamos, porém, que desenvolvam novas formas de raciocínio, que se interessem pelos fatos do mundo, que sejam agentes de transformações, melhorando a sua vida e a da comunidade, então devemos pensar num novo modo de alfabetizar. Devemos pensar numa alfabetização que incentive a criatividade, o raciocínio, o desejo de aprender e a responsabilidade com o auto-desenvolvimento e com o desenvolvimento social.

1.3 Engajamento e formação dos educadores

Para levar a cabo um projeto pedagógico dessa natureza, o SESC-LER precisa contar com uma equipe de educadores altamente qualificada e motivada para a atividade educativa a ser realizada junto a jovens e adultos. Além de processos cuidadosos de recrutamento de profissionais, o Projeto dispõe de mecanismos que viabilizam a formação continuada dos educadores. Entre esses mecanismos, destacam-se a programação e a avaliação conjuntas de atividades, a disponibilização de materiais de consulta, consultorias e cursos de atualização.

Um primeiro requisito fundamental para uma boa atuação dos educadores é o conhecimento que devem ter de seus alunos: onde vivem, como são suas famílias, onde trabalham, quais são suas expectativas com relação à alfabetização. Outro requisito de igual importância é o conhecimento da proposta pedagógica do Projeto, dos conteúdos que devem ser ensinados e das referências pedagógicas que dizem respeito ao modo como tais conteúdos são aprendidos. Esses requisitos devem constituir os conteúdos

básicos da formação inicial dos educadores. A partir dessa base, eles precisam ainda contar com apoio para realizar suas escolhas quanto à seleção de objetivos educacionais, ao planejamento das atividades didáticas e à avaliação, sempre considerando as características específicas de seus alunos.

A reflexão contínua sobre a prática pedagógica é condição essencial para que os educadores possam aperfeiçoar sua ação. Para viabilizá-la, algumas estratégias devem fazer parte do cotidiano do trabalho: o planejamento conjunto, o registro das atividades e a discussão com orientadores, coordenadores e demais professores. Ao realizar o planejamento junto com uma equipe, o professor tem oportunidade de ampliar seu repertório de atividades e materiais; além disso, esse procedimento conjunto favorece uma análise mais cuidadosa da adequação das atividades propostas aos objetivos educativos.

O registro escrito das atividades planejadas e desenvolvidas impõe-se como uma ferramenta essencial, pois possibilita aos educadores a sistematização de sua prática e funciona como base para a avaliação e a troca de experiências. Os relatórios das atividades desenvolvidas por todas as instâncias pedagógicas viabilizam a integração de ações dentro de uma mesma equipe e entre equipes que atuam em diversas regiões do país. São documentos que vão sedimentando e desenvolvendo as diretrizes pedagógicas do projeto, concretizadas na experiência de cada um dos Centros de Educação.

A supervisão também constitui uma atividade essencial para o aperfeiçoamento da prática docente e deve ter um caráter essencialmente formativo. Os orientadores e coordenadores se responsabilizam, junto com os professores, por promover um melhor conhecimento sobre os alunos, bem como pela busca de alternativas pedagógicas e da integração dos alunos em outras oportunidades de desenvolvimento cultural e educativo.

O calendário deve prever a realização de reuniões periódicas a fim de que o planejamento e a análise conjunta da prática possam ser concretizados. Nessas oportunidades, devem ser arrolados os novos materiais que precisam ser buscados ou ainda definidas outras providências visando ao bom desenvolvimento da atividade pedagógica. Devem ser previstos cursos ou organizados grupos de estudo que venham ao encontro das necessidades de aprofundamento pedagógico observadas na prática, para os quais se pode contar com a colaboração de consultores especialistas.

A concepção de alfabetização do Projeto SESC-LER pressupõe que os alfabetizadores atuem como agentes culturais em sentido amplo. Por isso, a formação dos educadores deve incluir, além dos aspectos propriamente pedagógicos, a vivência contínua de atividades culturais diversificadas que atualizem e ampliem sua visão de mundo, alargando, em consequência, sua percepção das possibilidades socioculturais que podem apresentar aos alunos.



Respeitar a cultura local, relacionando-a com o passado, presente e participando da construção do futuro é outro preceito seguido no nosso currículo.

2.1 Identificação e mobilização de demanda

Preliminarmente o planejamento de programas educativos requer o dimensionamento da demanda. Para níveis educativos cuja oferta deveria ser universal, como é o caso da alfabetização e do ensino fundamental, é possível aferir a demanda potencial com base em dados censitários. No caso do ensino fundamental de jovens e adultos, o universo é constituído por todas as pessoas com idade igual ou superior a quinze anos e a demanda potencial corresponde àqueles que nunca freqüentaram a escola e aqueles que, tendo alguma vez freqüentado, não chegaram a concluir as oito séries correspondentes ao ensino obrigatório. É necessário também apurar os índices de cobertura, ou seja, o percentual da demanda potencial que já está sendo atendida por programas educativos governamentais e não governamentais. Subtraindo da demanda potencial aquela parcela já atendida em programas educativos destinados a jovens e adultos, tem-se o público-alvo do projeto. No entanto, como são bastante grandes os contingentes de pessoas que se encontram nessa situação em todas as regiões do país, cabe estabelecer prioridades de acordo com as possibilidades de atuação dos agentes envolvidos.

Considerando seu perfil institucional e sua missão social, o Projeto SESC-LER priorizará inicialmente o atendimento aos subgrupos mais vulneráveis à exclusão socioeducativa. Assim, a população-alvo do Projeto em cada município será constituída por todas as pessoas maiores de catorze anos sem instrução ou com menos de um ano de

estudo e que não estejam sendo atendidas por outros programas de alfabetização ou correspondentes à fase inicial do ensino fundamental.

Os dados relativos a esses levantamentos estatísticos estão disponíveis em publicações do IBGE e do INEP/MEC, ou nos sites desses organismos na Internet — www.ibge.gov.br e www.inep.gov.br —, em alguns casos discriminados por estados e municípios. Observe as cifras relativas à população brasileira como um todo:

População com mais de 14 anos por anos de estudo, freqüência a graus de ensino e sexo (Brasil, 1996)

	Sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo	Freqüentam programas de alfabetização de adultos	%
Total	15.150.760	97.815	0,65
Mulheres	7.755.713	53.778	0,69
Homens	7.395.047	44.037	0,60

Fonte: IBGE – Contagem da População, 1996.

Portanto, no planejamento da implantação do projeto SESC-LER nos municípios, o primeiro passo a ser dado é o levantamento de dados sobre a magnitude e as características da população-alvo: quantos são os maiores de catorze anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo, em que regiões do município moram e trabalham, quantos são homens e quantas mulheres, como se distribuem em termos de faixas etárias, entre outros.

É importante considerar ainda que, nas condições socioculturais atuais da maioria das regiões brasileiras, nem toda demanda potencial por educação de jovens e adultos se efetiva. Em face da existência de limitações reais nas condições de vida de jovens e adultos que já trabalham ou por causa do descrédito na possibilidade de estudar nessa fase da vida, muitas pessoas que seriam destinatárias potenciais de um programa de alfabetização não se expressam como demandatários desse serviço. Por outro lado, estudos sobre o tema mostram que a demanda efetiva por educação básica de jovens e adultos também é fortemente induzida pelas características da oferta. Os programas com características mais formais ou escolares têm mobilizado preferencialmente a demanda de populações urbanas, com experiência escolar prévia, constituída por trabalhadores das faixas etárias mais jovens e de baixa renda, em detrimento das populações rurais, que jamais tiveram acesso à escola, com idade mais avançada e socialmente marginalizadas. Outros programas com características diversas — por exemplo, os que têm vínculos mais estreitos com organizações comunitárias —, tendem a mobilizar maior número de adultos ou idosos e, em alguns casos, de mulheres.

Para mobilizar a demanda oculta e promover a equidade educativa, o Projeto SESC-LER deve desenhar estratégias de atendimento que comportem a pluralidade sociocultural dos beneficiários (geracional, de gênero, étnico-racial, as necessidades especiais dos portadores de deficiências etc.) e adotar formas de organização altamente

flexíveis e marcos curriculares abertos à diversidade de necessidades de aprendizagem dos sujeitos.

Especial atenção será dispensada ao plano de divulgação do Projeto em cada município, que deve contar com múltiplas estratégias integradas. Nos materiais de divulgação, é importante evitar termos que eventualmente causem constrangimento à clientela; deve-se enfatizar o fato de que a iniciativa se destina a todos os jovens e adultos que nunca foram à escola ou que não completaram nenhuma série. Além de usar os meios de divulgação correntes, especialmente rádios e canais de televisão locais, é importante estabelecer contatos diretos com outras organizações cuja inserção social possa facilitar a aproximação com o público-alvo, tais como igrejas, sindicatos, associações de moradores, agremiações esportivas, empresas privadas, órgãos públicos etc.

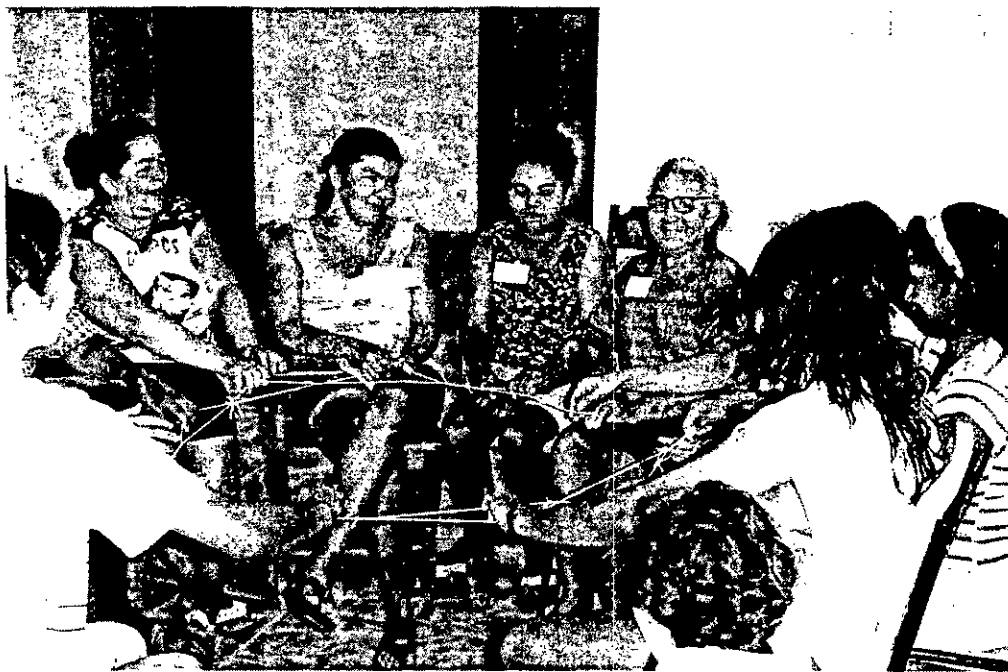
Um diagnóstico adequado da diversidade sociocultural do público ao qual se destina o Projeto só pode ser construído mediante estudos realizados em cada localidade particular. É possível, porém, considerar alguns indicadores válidos para a população jovem e adulta brasileira de maneira geral.

Estudos demonstram que as populações negras brasileiras apresentam desvantagem educativa substancial em relação à população branca, em virtude da sobreposição de processos de exclusão socioeconômica e discriminação étnico-racial. Segundo o Censo do IBGE de 1991, o índice de analfabetismo para o conjunto da população brasileira com quinze anos ou mais era de 19,4%; entre os negros (identificados como pretos e pardos, que somavam 45,4% da população dessa população) esse índice se elevava a 28,3%. O Projeto SESC-LER dará a devida atenção a essa problemática, explicitando-a nos processos de formação dos educadores e vigiando para que o desenvolvimento curricular e os materiais didáticos não reproduzam estereótipos e preconceitos.

Problematização correlata pode ser feita em relação aos povos indígenas brasileiros, em especial nas regiões onde há maior concentração de territórios e grupos auto-identificados como indígenas. A Constituição assegura a essas populações o direito à educação bilíngüe, e a política educacional em vigor propugna o desenvolvimento de projetos de educação intercultural bilíngüe. Ainda que as zonas atendidas pelo Projeto SESC-LER possam não conter populações indígenas auto-identificadas como tais, uma orientação multicultural do currículo de educação básica precisa contemplar as culturas indígenas do entorno como conteúdos relevantes de aprendizagem, reconhecendo legitimamente sua participação na constituição da cultura brasileira.

As questões de gênero constituem outro aspecto que merece atenção especial quando se tematizam a mobilização da demanda e a adequação do programa às condições de participação de seu público. Embora entre as novas gerações seja possível observar uma tendência à equalização das oportunidades escolares de homens e

mulheres, persistem no meio da população adulta brasileira as conseqüências das desigualdades educativas entre os gêneros existentes no passado, de modo que as mulheres (especialmente aquelas com idade superior a quarenta anos e de origem rural) constituem maioria entre os analfabetos absolutos e pessoas com quase nenhuma instrução.



Focalizar o grupo feminino em programas de educação de jovens e adultos é, pois, um imperativo de equidade educativa.

De outro lado, as pesquisas são consistentes em relacionar positivamente a educação das mulheres adultas com a redução dos índices de mortalidade infantil, com a melhoria nos padrões de nutrição e saúde das famílias e com o êxito escolar das crianças no ensino básico. Por conseguinte, a educação das mulheres constitui também um importante instrumento de políticas de saúde, nutrição e educação, assim como de ruptura do círculo de reprodução intergeracional da pobreza. Sabe-se que as mulheres adultas, particularmente as que têm filhos pequenos, enfrentam dificuldades em aceder à educação em razão do controle de sua autonomia na família patriarcal, da necessidade de dedicar-se ao cuidado dos filhos e da sobrecarga das jornadas de trabalho doméstico e fora de casa. Os estudos e as práticas bem-sucedidos de alfabetização de mulheres indicam que seu acesso à educação pode ser facilitado mediante a oferta de cursos em horários múltiplos (que lhes permitam combinar a freqüência à escola com as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos) e em locais próximos à residência. Em caso de necessidade, o Projeto também considerará a viabilidade de oferecer combinadamente serviços de atenção aos filhos menores de alfabetizando e alfabetizandas. A facilitação

do transporte para homens e mulheres que morem longe do Centro Educativo também pode funcionar em muitas situações.

Finalmente, também o aspecto geracional do público-alvo tem grande significado no planejamento da ação. Os índices de analfabetismo absoluto ou de pessoas que nunca freqüentaram escola é maior entre as pessoas com mais idade. Por outro lado, existe um contingente grande de jovens que, mesmo tendo passado alguma vez pela escola, não conseguiram se alfabetizar plenamente. Esses segmentos geracionais costumam ter expectativas, necessidades e interesses diversos com relação a programas educativos. Essa diversidade precisa ser considerada na organização das turmas, na seleção dos conteúdos curriculares e, principalmente, na viabilização da continuidade dos estudos ou no engajamento em outras oportunidades de educação continuada, de acordo com o interesse dos jovens, adultos ou idosos.

2.2 Marco legal

A educação escolar de jovens e adultos tem hoje seus fundamentos legais na Constituição Federal de 1998 e na Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB-9.294/96). A LDB 9.294/96 reafirma o direito de jovens e adultos à educação escolar e ao ensino noturno regular, “*com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola*” (incisos VI e VII do Artigo 4º).

A Seção V do Capítulo II da Educação Básica trata especificamente da Educação de Jovens e Adultos, com a seguinte redação:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Parágrafo 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

Parágrafo 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Parágrafo 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

a) no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos.

b) no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Parágrafo 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos alunos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Diferentemente da legislação anterior (LDB nº 5.692 de 1971), na legislação atual não há uma distinção nítida entre os subsistemas de ensino regular e supletivo.

A nova LDB confere grande flexibilidade à educação básica em geral, facultando sua organização “em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência ou outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” (Art. 23). Também autoriza “adequar o calendário escolar às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas” e permite classificar os alunos em qualquer série ou etapa “independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino”. Permite ainda que o sistema de verificação do rendimento escolar promova a “aceleração de estudos para alunos com atraso escolar”, “o avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” e “o aproveitamento de estudos concluídos com êxito” (Art. 24).

Graças a essa flexibilidade, tanto o sistema de ensino regular como o supletivo podem reger-se pelo princípio da aceleração, adotando formas de organização não seriadas e modulares, assim como sistemas não convencionais de avaliação e promoção.

2.3 Estrutura de funcionamento dos cursos e certificação

A duração do curso de alfabetização está estimada em um ano, visando assegurar um grau básico de consolidação das aprendizagens que viabilize a continuidade dos estudos ou o engajamento em outras oportunidades educativas ou de desenvolvimento cultural. A carga horária total prevista é de 450 horas, considerando 180 dias letivos e 5 jornadas semanais de duas horas e trinta minutos cada uma. A organização dessas horas pode variar de acordo com as necessidades da população atendida. É importante ressaltar que, para alguns grupos com contatos precários com a língua escrita ou com necessidades especiais de aprendizagem, poder-se-á contar com um período mais extenso.

O projeto SESC-LER oferecerá a todos os participantes do curso de alfabetização um certificado atestando frequência e aproveitamento. Além do valor de reconhecimento que tal documento tem para os alunos, pode lhes ser útil na obtenção de emprego ou de oportunidades de continuidade nos estudos. Os alunos que assim o desejarem poderão ser encaminhados para a realização de provas de equivalência de estudos. Tais provas normalmente são elaboradas por estabelecimentos de ensino credenciados pelas secretarias de educação e facultam o seguimento de estudos regulares ou supletivos nas séries do ensino fundamental. Dependendo do número de estudantes envolvidos, é possível, também, requerer que as provas sejam aplicadas em

data e local acordados entre o SESC e o estabelecimento de ensino credenciado pelo sistema.

2.4 Estratégias intersetoriais e interinstitucionais

A adoção de estratégias intersetoriais e interinstitucionais amplia a possibilidade de atender à diversidade de demandas formativas dos jovens e adultos, com a vantagem de racionalizar despesas e produzir sinergias positivas em um contexto no qual cresce a demanda por educação. Em respeito aos direitos constitucionais dos jovens e adultos analfabetos, o Projeto SESC-LER empenhar-se-á em assegurar o engajamento posterior de seus alunos em programas de ensino supletivo seriado, presenciais ou a distância, promovidos pelos sistemas públicos municipal ou estadual de ensino, ou ainda por outros agentes, quando estes estiverem presentes. Na ausência de alternativas dessa ordem, devem ser estabelecidos contatos com as autoridades educacionais, visando à instalação de programas de ensino fundamental para jovens e adultos.

Além disso, para maximizar o potencial dos Centros Educativos, a ação alfabetizadora deve se articular à programação esportiva, artística e cultural, ao atendimento à saúde, à qualificação profissional, à formação ética para a cidadania ou ainda a planos de desenvolvimento econômico local. O projeto SESC-LER assumirá uma política de coordenação de esforços entre organizações que trabalham nessas áreas, por exemplo, os diversos órgãos públicos, escolas, universidades, empresas, outros agentes do “Sistema S”, igrejas, sindicatos e organizações comunitárias. Tal perspectiva é essencial no sentido de assegurar o caráter integral da formação dos jovens e adultos, a continuidade de sua educação geral e outras oportunidades de qualificação profissional e desenvolvimento sociocultural.

3. Instrumentos de trabalho do educador

Para realizar as atividades do dia-a-dia, o educador precisa lançar mão de vários instrumentos que o auxiliam no planejamento, controle, acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Quase todos esses instrumentos têm por base o registro escrito: registros de atividades planejadas, do comportamento e desempenho dos alunos, de atividades cuja aplicação resultou em sucesso ou fracasso em sala de aula, de idéias, pensamentos e intuições provenientes de sua atuação em sala de aula. Toda a equipe pedagógica deve valorizar esses registros, utilizando-os para orientar e reorientar a prática. A partir de algumas referências básicas, comentadas na seqüência, cada educador poderá aperfeiçoar e adequar seus instrumentos segundo seu estilo de trabalho.



*“Pensar a prática enquanto a melhor maneira de aperfeiçoar a prática.
Pensar a prática através de que se vai reconhecendo a teoria nela
embutida. A avaliação da prática como caminho de formação teórica...”*

Paulo Freire

3.1 O plano didático

Os educadores que estão em sala de aula precisam tomar uma série de decisões sobre o que ensinar (conteúdos e objetivos), quando ensinar (o tempo necessário para cada aprendizagem), como ensinar (metodologia) e o que, como e quando avaliar (diagnóstico e avaliação). Essas decisões devem ser tomadas com base em seus conhecimentos sobre o grupo com o qual irá trabalhar e sobre os conteúdos a ser ensinados. Como se trata de uma atividade complexa, a prática pedagógica requer o

registro escrito de um plano que deve, ao longo de sua execução, ser constantemente analisado e modificado, caso necessário.

A base para a construção do plano didático é a Proposta Pedagógica do Projeto SESC-LER. Este documento é, portanto, uma ferramenta essencial para orientar a ação do educador, coordenando-a com a de outros educadores da equipe. Entretanto, a efetividade da proposta pedagógica como orientadora das ações exige sua tradução em planos mais concretos, com definições quanto a estratégias e encadeamento de etapas. Cabe ao educador a maior responsabilidade com relação à elaboração desse plano, pois deve estar em condições de ir calibrando durante sua execução, ou seja, realizar os ajustes necessários mediante a avaliação constante de seu andamento. O apoio da equipe, pois, é fundamental, tanto na etapa de elaboração como na avaliação continuada do plano.

A elaboração de bons planos didáticos exige grande dose de criatividade e um conhecimento razoável de como se dá o processo de aprendizagem dos conteúdos. *Que aprendizagens espero que os alunos realizem? Como diversas aprendizagens podem se integrar num todo coerente com as diretrizes básicas da proposta pedagógica?* A fim de que a tomada de decisões com relação a essas questões seja o mais acertada possível, traduzindo-se num bom plano didático, deve-se ter em mente uma seqüência de passos, comentados a seguir.

3.1.1 A caracterização do grupo

O primeiro passo para a elaboração do plano didático é conhecer quem são os alunos para os quais ele será elaborado. Isso implica a obtenção de informações que são decisivas para definir objetivos, conteúdos, eixos temáticos, entre outros aspectos. Quanto mais dados for possível recolher sobre os alunos, mais chances teremos de elaborar um plano que atenda às necessidades de aprendizagem do grupo. Além de dados básicos tais como idade, sexo, estado civil, passagens anteriores pela escola, profissão etc., também são muito relevantes informações sobre o local de moradia, organizações sociais ou eventos culturais significativos para o grupo.

Realizando este diagnóstico inicial será possível perceber os diferentes elementos que compõem a identidade dos alunos: experiências profissionais e escolares, saberes, origens geográficas e culturais, formas de inserção no mercado de trabalho, vivências, visões de mundo que se agrupam nas turmas. Esta diversidade, que constituiu-se em característica marcante das turmas de jovens e adultos, é desejável para a realização de um trabalho pedagógico que tem por objetivo desenvolver o respeito, o diálogo, o espírito de solidariedade e a cidadania.

Além de ser importante no desenvolvimento desses valores, a relação entre os diferentes alunos e entre eles e o professor é fundamental para a aprendizagem, pois

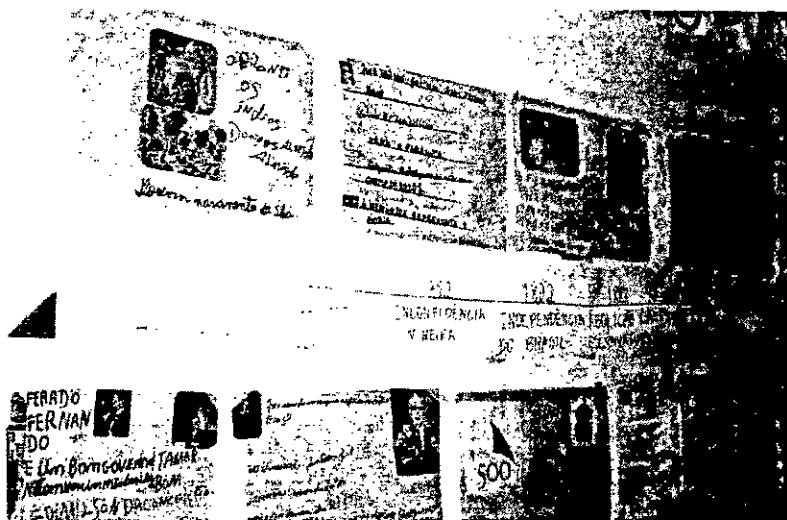
sabemos que os alunos aprendem em interação com os outros alunos, no confronto, na troca de concepções, idéias etc. e a partir da mediação que fazem os colegas e o professor entre o saber de cada um e o conhecimento a ser estudado.

Propomos uma metodologia que permita trabalhar com essas diferenças, prevendo as mais variadas formas de interação visando compartilhar os saberes e intercambiar conhecimentos. Neste sentido, ao se organizar a turma e o planejamento é necessário considerar: o grupo como um todo, os alunos individualmente e os pequenos grupos com formações diversas, de modo a permitir a mediação diferentes formas de interação entre os sujeitos. As contribuições dos alunos podem ser utilizadas como ponto de partida para o trabalho de diversos conteúdos e ainda ampliar o universo cultural do grupo.

3.1.2 Os projetos temáticos e a organização do trabalho pedagógico

Um dos maiores desafios de quem elabora uma proposta pedagógica é articular as atividades de modo significativo, evitando que a prática de sala de aula se reduza a um somatório de exercícios isolados e repetitivos. Existem diversas propostas didáticas visando uma organização coerente das atividades de aprendizagem. Uma proposta que tem sido defendida por muitos pedagogos preocupados com a formação de cidadãos atuantes, participativos e co-responsáveis pelo trabalho em equipe é a dos projetos, em que as atividades se desenvolvem a partir de um tema ou problema.

O que caracteriza o trabalho com projetos não é a origem ou a priorização de um determinado tema, mas o tratamento que é dado a ele, no sentido de torná-lo uma questão do grupo como um todo e não apenas do professor ou de alguns alunos. Isso significa que o problema ou tema a ser estudado pode ser proposto por um aluno, por um grupo de alunos ou pelo professor. O que se faz necessário garantir é que esse passe a ser um problema comum, gerando o envolvimento efetivo de todos na definição dos objetivos (onde se deseja chegar) e das etapas para alcançá-los (o como fazer). Todos devem participar no planejamento, na realização e na avaliação do projeto. Os alunos aprendem não só a realizar as atividades, mas também a planejar e a avaliar o processo; tornam-se, portanto, mais autônomos e conscientes do seu próprio processo de aprendizagem.



Nessa perspectiva, os conteúdos deixam de ser um fim em si mesmos, ganham significados diversos a partir das experiências sociais do grupo e passam a ser meios para a ampliação do universo do aluno, mediando o seu contato com a realidade de forma crítica e dinâmica. Além disso, são estudados de maneira flexível e abrangente, libertos de uma concepção rígida de seqüenciação e hierarquização, o que permite um tratamento diferenciado, de acordo com o perfil dos alunos.

Os projetos podem se constituir numa metodologia indicada para lidar com o desafio de se trabalhar com os diferentes níveis de conhecimento dos alunos. Isso porque dentro de um mesmo tema, é possível que, em alguns momentos, diferentes grupos de alunos realizem tarefas diferentes, adequadas ao seu nível de habilidade. Noutros momentos poderão estar compartilhando com toda a turma suas descobertas e novas dúvidas.

Podemos distinguir três momentos no desenvolvimento de um projeto:

a. Problematização:

Consiste na seleção do tema ou problema de interesse e de seu desenvolvimento em subtemas, do levantamento do que querem saber sobre aquilo, de suas hipóteses e conhecimentos prévios. Nesta etapa, o educador precisa incentivar a participação do grupo e, a partir de questões interessantes, mostrar outras possibilidades de abordagem do problema ou exploração do tema. Para isso, a proposta pedagógica do projeto pode ser um instrumento muito útil para o educador, pois ele pode consultar quais conteúdos e objetivos podem ser trabalhados dentro daquele projeto.

b. Desenvolvimento

Esta etapa consiste na definição das estratégias por meio das quais se buscará dar respostas às questões do grupo. As tarefas devem ser distribuídas pelos grupos, considerando que diversas fontes de informação podem ser úteis: livros, jornais, vídeos, palestras por pessoas convidadas, etc. É interessante planejar o tempo necessário para a realização das atividades, dentro e fora da sala de aula, o que deve estar de acordo com a complexidade das tarefas propostas. Ao longo do trabalho, novas questões podem surgir e o planejamento das atividades e do tempo pode ir sendo ajustado. Os alunos estarão participando, assim, da avaliação processual do trabalho que estão realizando.

É importante que o professor mantenha pregado na sala o planejamento das atividades a serem realizadas com o cronograma para que os alunos vão acompanhar o que já ocorreu, o que ainda será feito, que providências devem ser tomadas para os próximos passos, verificando a necessidade de realizar mudanças na programação e avaliando o processo de trabalho.

c. Síntese

É desejável que o resultado do projeto se concretize em algum produto que facilite o reconhecimento, por parte dos alunos, do trabalho realizado. É interessante também que esse produto possa ser compartilhado com outras pessoas além do educador e dos alunos que se envolveram diretamente no projeto. É interessante que os produtos gerados a partir de projetos tenham um formato que facilite a sua divulgação, por exemplo, um mural, uma exposição, um livro, uma carta, exposições diversas etc. Do trabalho pedagógico também pode resultar uma ação direta, por exemplo, um mutirão para limpeza do entorno da escola, uma passeata visando à conscientização da comunidade ou à atenção das autoridades etc.

Para encerrar um projeto de trabalho, é essencial também que os alunos se empenhem em realizar uma avaliação final do trabalho realizado. Isso implica a retomada do problema inicial e dos passos que foram dados, dos conteúdos trabalhados em cada etapa, das dificuldades enfrentadas, etc. Eles deverão ser capazes de julgar, por exemplo, em que atividades aprenderam mais coisas, em quais tiveram mais dificuldade, em que os colegas contribuíram com sua aprendizagem etc. O professor, por sua vez, deve fazer um balanço de sua própria atuação e do aproveitamento da turma, quais conteúdos foram bem trabalhados, quais merecem maior aprofundamento ou mais exercício.

Ao longo do processo é também muito importante que os alunos realizem registros variados que sistematizem as informações novas, as questões esclarecidas e as conclusões construídas a partir das diversas atividades realizadas no projeto. Esses registros podem ser: a elaboração de tabelas, de gráficos e de listas, de relatórios de pesquisa, de textos diversos, de cartazes etc. Isto irá auxiliá-los a realizar os julgamentos propostos no parágrafo anterior.

3.1.3. Outras formas de organizar as atividades pedagógicas

Nem sempre todas as áreas de conhecimento ou conteúdos específicos encaixam-se num projeto de trabalho. Nesse caso, não se deve tentar fazer um encaixe forçado, isso descaracterizaria a proposta do projeto. O melhor é deixar o conteúdo para ser trabalhado num próximo projeto ou ainda por meio de outras atividades que ocorram paralelamente.

A seguir, propomos um elenco de outras formas de organizar o trabalho que podem ser intercaladas ou trabalhadas simultaneamente ao desenvolvimento de projetos:

a. Atividades seqüenciadas

São situações didáticas articuladas que prevêm uma seqüência de realização cujo critério principal são os níveis de dificuldade num determinado conteúdo. Muitas vezes, é possível estabelecer relação entre essas atividades e a temática do projeto, mas isso não é necessário. Como exemplos de atividades seqüenciadas podemos citar uma série de problemas envolvendo a operação de multiplicação, exercícios focalizando problemas ortográficos.

b. Atividades de sistematização

São atividades destinadas a sistematizar os conhecimentos, não aqueles relacionados diretamente com os objetivos do projeto, mas com outros conteúdos e objetivos básicos que constam da proposta pedagógica. Por exemplo, refletir sobre os traços característicos de diferentes portadores de texto, discutir os diversos usos dos sinais de pontuação, retomar as regras do sistema de numeração decimal e da escrita numérica, etc.

c. Atividades ocasionais independentes

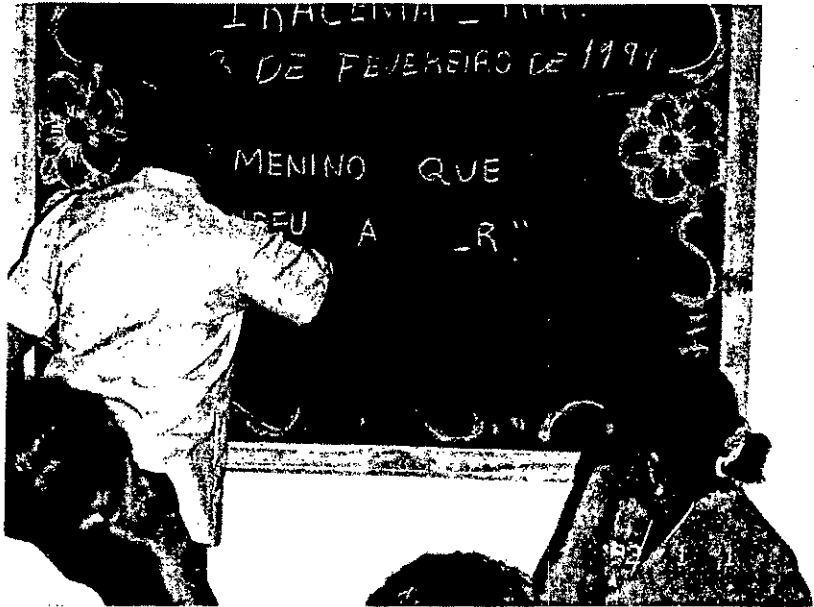
São situações em que algum conteúdo significativo é trabalhado sem que tenha relação direta com o que está sendo desenvolvido no projeto. Por exemplo, discussão de um tema muito debatido na mídia, um fato ocorrido na comunidade ou no país, um acidente ocorrido na região, etc.

d. Atividades permanentes

São situações didáticas propostas com regularidade quando o objetivo é desenvolver hábitos e atitudes. Por exemplo: para promover o gosto de ler e escrever, contar histórias, atenção à saúde, pode-se promover momentos que se repetem de forma sistemática, todos os dias, todas as semanas ou quinzenalmente. Por exemplo: durante um certo período, nos últimos 30 minutos da aula, será lida e comentada uma notícia de jornal, ou alguém contará um conto, lerá uma poesia, etc; semanalmente, pode haver o “momento da saúde”, onde se trata de algum tópico relacionado ao tema.

3.1.4 Avaliação

Ao longo das atividades, os educadores precisarão constantemente avaliar as aprendizagens dos alunos de modo a ajustar seu planejamento inicial a novas necessidades surgidas, assim como julgar se as estratégias que está utilizando são as melhores para cada aluno ou se deve mudar alguma coisa em sua abordagem pedagógica.



“A troca de procedimento entre jovens e adultos é muito saudável, propicia o reconhecimento da competência do colega enquanto detentor de conhecimento e descentraliza da mão do professor o julgamento, do certo e do errado. O erro do aluno em lugar de “algo a ser punido”, assume seu conhecimento provisório, incompleto, a ser rediscutido, reelaborado. A sistematização é o final de um processo e não um ponto de partida.”

Dione Lucchesi de Carvalho

Para avaliar a prática pedagógica não bastam atividades que mensurem os resultados obtidos ao final de um período. No quadro a seguir o educador encontra uma síntese das principais características da avaliação nos diversos estágios do processo.

	Avaliação inicial ou diagnóstica	Formativa ou de processo	Somativa ou de resultados
Instrumentos	Diagnóstico de conhecimentos prévios, anteriores ao que a escola pretende oferecer.	Registro do educador sobre o desempenho dos alunos. Ficha com dados sobre comportamento em face de objetivos de atividades traçados. Dossiê ou pasta com atividades dos alunos e anotações do educador. Entrevista com os alunos e anotações individuais.	Auto-avaliação do aluno e educador. Avaliação do alcance dos objetivos traçados e domínio sobre os conteúdos trabalhados.
O que avaliar?	Hipóteses, estratégias, definições e esquemas de conhecimento pertinentes ao novo conteúdo ou situação de aprendizagem	Os progressos, as dificuldades, as aprendizagens efetuadas por cada aluno ao longo do período letivo.	Os tipos e os graus de aprendizagem estipuladas como fundamentais para a continuidade do processo de aprendizagem dos alunos.

Como avaliar?	Proposição de problemas que façam com que os alunos usem conhecimentos e estratégias e apliquem hipóteses para resolvê-los. Registro e interpretação de produções e atitudes dos alunos	Observação sistemática pautada pelos objetivos definidos para as atividades desenvolvidas. Registro das observações em relatórios, contendo interpretações do educador sobre o desempenho do aluno.	Observação, registro e interpretação das produções e atitudes dos alunos diante de situações-problema que exijam a utilização de noções e habilidades (conteúdos) trabalhados durante o período.
Quando avaliar?	No início de uma nova fase de aprendizagem, unidade de plano didático etc.	Durante o processo de ensino e aprendizagem.	Ao final de uma etapa de aprendizagem (tempo previsto no plano didático).

3.2 O acompanhamento das aprendizagens dos alunos

Para poder analisar o progresso de seu trabalho e o de seus alunos, os educadores precisam contar com um instrumento importante: o registro do que ocorre na sala de aula e de como os alunos realizaram algumas atividades mais significativas. Outra boa estratégia é arquivar produções escritas realizadas pelos alunos em diferentes momentos do processo para poder identificar seus progressos.

Os registros sobre o progresso dos alunos podem ser feitos em quadros em que constem os nomes dos alunos nas linhas, cruzadas por colunas onde se possam anotar os principais objetivos de aprendizagem já atingidos. Veja alguns exemplos:

Aluno (a)	Linguagem oral			Escrita			Leitura				
	Expõe suas idéias com clareza.	Fica atento e interage com a fala dos outros.	Faz registros, tentando escrever.	Escreve faltando muitas letras.	Escrita legível, ainda que com erros ortográficos.	Utiliza marcas da linguagem escrita em seus textos	Identifica os nomes ou outras palavras trabalhadas.	Lê textos com dificuldade, silabando.	Identifica os tipos de texto trabalhados.	Compreende a idéia geral dos textos que lê.	Retorna os textos para consulta.
Anderson	sim	não	sim	sim			Sim				
Berenice	sim	sim	sim				com ajuda	-	-	-	-
Cláudio	com ajuda	não	-	-	sim	sim	sim	sim			

Aluno (a)	Escrita de números			Leitura de números			Cálculo/adição		Cálculo/subtração		Problemas	
	Escreve números até 50.	Escreve números até 999 sem zero intercalado.	Escreve números até milhar ou mais.	Lê números familiares.	Lê números maiores com dificuldade.	Lê qualquer número até milhar ou mais.	Faz mentalmente e não explica	Explica procedimentos utilizados.	Faz mentalmente.	Explica procedimentos utilizados.	Resolve os simples, com dinheiro.	Compara diferentes formas de solução.
Anderson		X		X				-				
Berenice			X			X	X		-	-	X	
Cláudio											X	

Outra opção é registrar o que acontece na sala de aula na forma de um diário. No quadro seguinte, você poderá ler trechos do relato de um professora do projeto SESC-LER, exemplificando o tipo de registro que documenta o desenvolvimento de seu trabalho e o dos alunos.

Registro diário da professora Lara Cristina Nascimento (do Projeto SESC Ler)

22/03 — Iniciamos a aula trabalhando a música “Construção”, de Chico Buarque. Como a música é bem extensa, dividimos em três e fizemos o trabalho com a primeira parte na segunda-feira. Antes de colocarmos a música para tocar, falamos sobre construção civil, depois sobre construtor e finalmente sobre construção no sentido figurado. Alguns começaram a contar o que já haviam construído, barraco, cerca etc., até que a dona Francisca chegou aonde queríamos: disse que todos ali estavam na mesma obra, construindo o “aprender” a ler e escrever.

Depois então tocamos a música Construção várias vezes para que os alunos se familiarizassem com a letra, íamos passando pelas mesas acompanhando os alunos. Poucos conseguiam seguir as palavras do texto conforme elas iam sendo ditas na música, até que dona Dalvecy disse que achava que tínhamos que aprender o BA, BE, BI, BO BU, não por causa dela, pois estava aprendendo bem com as aulas, mas por outros colegas que não estavam conseguindo acompanhar.

Alguns alunos têm tido resistência à nossa proposta de trabalho. Dona Iracy, por exemplo: tínhamos acabado de pedir que lesse uma frase da música para nós, a frase se iniciava com a letra e (e flutuou no ar...), ela nem mesmo olhou para o texto e disse que não sabia; eu pedi que lesse até onde conseguisse e ela disse que não sabia nada. Pedi então que apenas olhasse para a frase que estávamos apontando e, ao ver o início da frase, deu uma gargalhada de si mesma e começou a ler as palavras que conseguia dentro da frase. Aproveitamos para conversar com todos que era assim que construíamos a aprendizagem. Vários alunos fizeram questão de dizer o quanto já tinham aprendido por si e que até seus familiares estavam admirados com a rapidez com que isso estava acontecendo; outros falaram que seus familiares tinham visto progressos.

Pedi que todos procurassem na folha palavras que já havíamos estudado antes e que fossem significativas para eles. Por exemplo, todos encontraram a palavra mulher sem dificuldade. É por isso que acreditamos muito no que fazemos e defendemos o nosso ideal educacional, estamos contribuindo para uma mudança nas concepções de educação dos alunos.

23/03 — Retomamos o trabalho com a atividade de matemática. Temos percebido a grande dificuldade que nossos alunos têm em grafar os números, por isso pedimos que fizessem, como tarefa de casa, vários números no caderno: a idade, o número da casa, o número de filhos, o valor da conta de luz, o número do relógio etc. Começamos então a trabalhar novamente a música Construção. Além da primeira parte, passamos para a segunda. Fizemos a interpretação e a comparação das duas partes. Depois de fazermos a leitura coletiva do texto acompanhando a música, pedimos que cada aluno fizesse a leitura de uma linha do texto. Só tivemos três alunos que não conseguiram ler toda a frase, Marília, Maria Teodoro e Iracy. Como tarefa de casa, pedimos que escrevessem palavras no caderno, como recurso, disse que usassem aquelas palavras do texto que haviam marcado na aula passada, palavras significativas trabalhadas anteriormente e reconhecidas por eles no texto e que a partir daí poderiam fazer a escrita de novas palavras.

3.3 A organização da rotina de sala de aula

Alguém tentando imaginar uma sala de aula com jovens e adultos poderia pensar num ambiente silencioso, com os alunos sentados um atrás do outro, compenetrados em atividades escritas, enquanto o educador permanece em sua mesa observando o transcorrer da aula. Essa cena até pode ocorrer no dia-a-dia da educação de jovens e adultos, mas não é, certamente, aquela que deve predominar. A sala de aula deve ser um lugar privilegiado para a troca de informações e conhecimentos, para a socialização dos alunos, para trabalhos coletivos, em grupos, duplas ou trios. Em algumas atividades é o educador o centro de atenção dos alunos; em outras, são os próprios alunos ou pares de trabalho. Esses movimentos de centralização e descentralização da atividade dos alunos causam o que alguns poderiam chamar de indisciplina ou perda de tempo. Entretanto, esses movimentos são partes fundamentais do processo de aprendizagem.



A sala de aula deve comportar diferentes situações e o educador deve conduzi-las de modo a garantir que os alunos possam expor suas dúvidas, receber orientações e trocar informações constantemente. Momentos de conversas, debates, discussões, dramatizações e tantos outros devem ser planejados e o espaço da sala de aula precisa se transformar dinamicamente de modo a comportá-los. Assim, as mesas podem formar círculos, grupos, fileiras etc. Além de adequar a disposição do mobiliário à atividade planejada, é aconselhável que a sala tenha murais para expor trabalhos dos alunos, estantes ou caixas com livros, revistas e jornais, jogos, cartazes informativos e mapas.

É interessante também que algumas atividades importantes tenham seu espaço reservado na rotina diária ou semanal. Por exemplo, a turma pode determinar um horário diário para escutar leituras em voz alta ou utilizar a biblioteca da sala. Os alunos podem se organizar melhor quando sabem de antemão a atividade que será desenvolvida. Outro aspecto que deve ser incorporado na rotina da sala de aula é o da explicação aos alunos dos objetivos de cada atividade, pois isso fornece as referências para que possam avaliar o processo de ensino e aprendizagem, verificando se os objetivos estabelecidos foram atingidos.

Enfim, a rotina de uma classe de educação de jovens e adultos precisa ser diversificada e motivadora, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais significativo. Além da vontade de aprender dos alunos jovens e adultos, os ingredientes essenciais para uma prática de sala de aula estimulante são a experiência, a criatividade, a vontade de ensinar, de aprender com os alunos e de inovar dos educadores.

4. Áreas, conteúdos e objetivos de aprendizagem

Coerentemente com a concepção ampla de alfabetização enunciada no primeiro capítulo deste documento, a Proposta Pedagógica do Projeto SESC-LER abarca conteúdos e objetivos de aprendizagem relativos não apenas à linguagem oral e escrita e à iniciação matemática, como também ao estudo da sociedade e da natureza, à educação artística e à atividade corporal.



“Os conteúdos de aprendizagem não se reduzem unicamente às contribuições das disciplinas ou matérias tradicionais. Portanto, também serão conteúdos de aprendizagem todos aqueles que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social.”

Antoni Zabala

Visando a formação global de nossos alunos, entendemos que os diferentes tipos de conteúdos devem ser levados em consideração no planejamento didático e na avaliação. É, portanto, necessário que os educadores compreendam que os conteúdos escolares contemplam aspectos diversos do conhecimento. Para isso, trazemos um trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais que apresenta definições de três categorias de conteúdos:

“Neste documento, os conteúdos são abordados em três grandes categorias: conteúdos conceituais, que envolvem fatos e princípios; conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes.

Conteúdos conceituais referem-se à construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, idéias, imagens e representações que permitem organizar a realidade. A aprendizagem de conceitos se dá por aproximações sucessivas. Para aprender sobre qualquer objeto de conhecimento, o aluno precisa adquirir informações, vivenciar situações em que esses conceitos estejam em jogo, para poder construir generalizações parciais que, ao longo de suas experiências, possibilitarão atingir conceitualizações cada vez mais abrangentes; estas o levarão à compreensão de princípios, ou seja, conceitos de maior nível de abstração.

Dependendo da diversidade presente nas atividades realizadas, os alunos buscam informações (fatos), notam regularidades, realizam produtos e generalizações que, mesmo sendo sínteses ou análises parciais, permitem verificar se o conceito está sendo aprendido. Exemplo 1: para compreender o que vem a ser um texto jornalístico é necessário que o aluno tenha contato com esse texto, use-o para obter informações, conheça seu vocabulário, conheça sua estrutura e sua função social. Aprender conceitos permite atribuir significados aos conteúdos aprendidos e relacioná-los a outros.

Tal aprendizagem está diretamente relacionado à segunda categoria de conteúdos: a procedimental. Os procedimentos expressam um saber fazer, que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória, para atingir uma meta. Assim, os conteúdos procedimentais sempre estão presentes nos projetos de ensino, pois uma pesquisa, um experimento, um resumo, uma maquete, são proposições de ações presentes nas salas de aula.

No entanto, conteúdos procedimentais são abordados muitas vezes de maneira equivocada, não sendo tratados como objeto de ensino, que necessitam de intervenção direta do professor para serem de fato aprendidos. O aprendizado de procedimentos é, por vezes, considerado como algo espontâneo, dependente das habilidades individuais.

É preciso analisar os conteúdos referentes a procedimentos não do ponto de vista de uma aprendizagem mecânica, mas a partir do propósito fundamental da educação, que é fazer com que os alunos construam instrumentos para analisar, por si mesmos, os resultados que obtêm e os processos que colocam em ação para atingir as metas a que se propõem. Ao ensinar procedimentos também se ensina um certo modo de pensar e produzir conhecimento

Já os conteúdos atitudinais permeiam todo o conhecimento escolar. A escola é um contexto socializador, gerador de atitudes relativas ao conhecimento, ao professor, aos colegas, às disciplinas, às tarefas e à sociedade. A não-compreensão de atitudes, valores e normas como conteúdos escolares faz com estes sejam comunicados sobretudo de forma inadvertida – acabam por ser aprendidos sem que haja uma deliberação clara sobre esse ensinamento. Por isso, é imprescindível adotar uma posição crítica em relação aos valores que a escola transmite explícita e implicitamente mediante atitudes cotidianas. A consideração positiva de certos fatos ou personagens históricos em detrimento de outros é um posicionamento de valor, o que contradiz a pretensa neutralidade que caracteriza a apresentação escolar do saber científico.

Ensinar e aprender atitudes requer um posicionamento claro e consciente sobre o que e como se ensina na escola. Esse posicionamento só pode ocorrer a partir do estabelecimento das intenções do projeto educativo da escola, para que se possam adequar e selecionar conteúdos básicos, necessários e recorrentes.

Para a aprendizagem de atitudes é necessária uma prática constante, coerente e sistemática, em que valores e atitudes almejados sejam expressos no relacionamento entre as pessoas e na escolha dos assuntos a serem tratados. Além das questões de ordem emocional, tem relevância no aprendizado dos conteúdos atitudinais o fato de cada aluno pertencer a um grupo social, com seus próprios valores e atitudes.

Considerar conteúdos procedimentais e atitudinais como conteúdos do mesmo nível que os conceituais não implica aumento na quantidade de conteúdos a serem trabalhados, porque eles já estão presentes no dia-a-dia da sala de aula; o que acontece é que, na maioria das vezes, não estão explicitados nem são tratados de maneira consciente. A diferente natureza dos conteúdos escolares deve ser contemplada de maneira integrada no processo de ensino e aprendizagem e não em atividades específicas”. (Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997)

Neste capítulo, faz-se uma síntese dos conteúdos e objetivos de aprendizagem propostos, acrescidos de comentários sobre o modo como tais conteúdos são aprendidos pelo jovens e adultos e sobre a metodologia de ensino. Para facilitar a apresentação, os conteúdos e objetivos foram subdivididos em áreas e blocos; espera-se, entretanto, que os professores consigam, ao traduzi-los em planos didáticos, integrá-los de forma coerente, priorizando os conteúdos mais relevantes para seu grupo de alunos.

4.1 Estudos da Sociedade e da Natureza

A principal motivação dos jovens e adultos que procuram programas de alfabetização ou iniciam sua escolarização é, certamente, aprender a ler e escrever. Entretanto, muitos jovens e adultos que já viveram essa experiência referem-se a outras conquistas a ela relacionadas que são igualmente importantes: avaliam que ganharam autoconfiança, que não têm mais vergonha de falar, que passaram a entender melhor as coisas. São exatamente essas outras conquistas que dão sentido à aprendizagem da escrita, permitindo que ela se transforme, de fato, num instrumento para pensar e agir no mundo.

O processo de iniciação dos jovens e adultos trabalhadores no mundo da leitura e da escrita deve contribuir para o aprimoramento de sua formação como cidadãos, como sujeitos de sua própria história e da história de seu tempo. Os Estudos da Sociedade e da Natureza no processo de alfabetização têm, portanto, este objetivo: desenvolver valores, conhecimentos e habilidades que ajudem os alunos a compreender criticamente a realidade em que vivem e nela inserir-se de forma mais consciente e participativa.

Além de propiciar o acesso a informações relativas às suas vivências imediatas, espera-se estimular o interesse dos alunos por abordagens mais abrangentes sobre a realidade, familiarizando-os, de modo bastante introdutório, com alguns conceitos e procedimentos das ciências sociais e naturais, bem como oferecendo oportunidades de acesso ao patrimônio artístico e cultural. Nesse sentido, mais do que a memorização de nomes e datas, o objetivo prioritário desta área de estudo deverá ser o desenvolvimento do espírito investigativo e do interesse pelo debate de idéias.

O primeiro passo ao se planejar o trabalho sobre um tema da área de Estudos da Sociedade e da Natureza é saber o que os alunos já conhecem sobre ele, quais são suas opiniões etc. Jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolaridade anterior detêm grande quantidade de conhecimentos sobre fenômenos naturais e sobre a dinâmica social, econômica, política e cultural do mundo contemporâneo. Elaboraram esses conhecimentos ao longo de suas experiências de vida e de trabalho, tendo já desenvolvido estratégias que orientam suas condutas e hipóteses interpretativas relacionadas com os mais diferentes aspectos da realidade. Suas vivências são também enriquecidas continuamente pelos meios de comunicação de massa, que tornam acessíveis uma infinidade de informações sobre fatos não imediatos à sua experiência.

Num segundo momento, os educadores devem favorecer a comparação entre as opiniões semelhantes e divergentes na turma, fazendo também questionamentos que levem os alunos a se interessarem por buscar mais informações sobre o tema. Nesse processo, os educadores podem registrar algumas idéias principais no quadro de giz ou elaborar cartazes com frases e desenhos. Podem, enfim, conduzir o aluno na busca de mais informações sobre o tema, de modo a melhorar sua compreensão.

Nesta etapa, o professor pode introduzir conceitos ou explicações científicas pertinentes ou estabelecer um programa de estudos que inclua a leitura de textos, consulta a enciclopédias ou atlas, realização de experimentos simples, entrevistas com especialistas etc., objetivando desenvolver o conhecimento necessário para o entendimento do tema abordado. Nesta etapa da aprendizagem, é preciso privilegiar estratégias que recorram à oralidade, à observação e experimentação, à representação plástica ou aos recursos audiovisuais. Não podemos nos esquecer, entretanto, de que a motivação desses alunos está fortemente dirigida ao aprendizado da leitura, da escrita e dos cálculos matemáticos. Por isso, é importante que o professor procure sempre articular debates orais a alguma atividade de escrita ou leitura, por exemplo, sintetizando informações ou opiniões em pequenos textos ou esquemas, que podem ser elaborados coletivamente, com sua ajuda. O professor pode levar para a sala de aula livros e jornais para serem manuseados e explorados visualmente, além de ler em voz alta pequenos trechos que sirvam para enriquecer os debates. Poderá também elaborar problemas matemáticos a partir de fenômenos sociais ou naturais estudados.

As fontes potenciais de conhecimento são várias: estudos do meio, textos didáticos e literários, mapas, gráficos, tabelas, estatísticas, desenhos, fotografias, pinturas, filmes, vídeos, depoimentos, entrevistas; tantas quanto a criatividade e o senso de oportunidade do professor propiciarem. Para alguns temas é mais fácil encontrar materiais já selecionados e organizados didaticamente. Em outros casos, quando se tratar de informações mais atuais ou de âmbito mais local, será preciso que o educador e os alunos se organizem com a finalidade de realizar um trabalho de pesquisa de fontes: recuperar a história local através do depoimento de moradores antigos, buscar materiais em órgãos públicos ou particulares, consultar especialistas na área, organizar um arquivo de matérias jornalísticas.

Finalmente, é importante sistematizar as novas informações recolhidas e os novos conceitos introduzidos, averiguando em que medida se integraram aos esquemas de compreensão dos alunos. Isso deve ser feito tanto por meio da retomada do problema inicial como da aplicação dos conhecimentos recém-adquiridos a outros problemas correlatos. Para este nível de ensino, não se propõe um estudo sistemático das disciplinas científicas. Por isso, a insistência no domínio e memorização de informações deve limitar-se àquelas de utilidade mais imediata para cada grupo específico. Além disso, o objetivo desta área curricular consiste em aprimorar as concepções dos alunos sobre a sociedade e a natureza, levando-os a integrar progressivamente novos elementos e, principalmente, a vivenciar novas possibilidades.

Os educadores e também os alunos precisam, portanto, assumir uma atitude de pesquisa constante e ir organizando um acervo de textos e imagens que retratem a realidade da região em que vivem.

Apresentamos alguns blocos de conteúdos visando auxiliar os educadores na seleção, organização e integração de temas a serem abordados. A ordem em que esses

blocos temáticos são apresentados não indica necessariamente a que deve ser seguida no desenvolvimento da atividade didática, uma vez que eles não estão hierarquizados por grau de importância ou de complexidade. Caberá aos educadores, na elaboração de seu plano de ensino, selecionar, recombina e sequenciar conteúdos e objetivos de acordo com as características de seu projeto pedagógico.



“A capacidade que têm os educandos de conhecer em termos críticos - de ir mais além da mera opinião - se vai estimulando no processo de desvelamento de suas relações com o mundo histórico-cultural. Mundo de que os seres humanos são os criadores.

Paulo Freire

ESTUDOS DA SOCIEDADE E DA NATUREZA: SÍNTESE DOS OBJETIVOS DA ÁREA

- Problematizar fatos observados cotidianamente, interessando-se pela busca de explicações e pela ampliação de sua visão de mundo.
- Reconhecer e valorizar seu próprio saber sobre o meio natural e social, interessando-se por enriquecê-lo e compartilhá-lo.
- Interessar-se pelo debate de idéias e pela fundamentação de seus argumentos.
- Inserir-se ativamente em seu meio social e natural, usufruindo racional e solidariamente seus recursos.
- Valorizar a vida e sua qualidade como bens pessoais e coletivos, desenvolver atitudes responsáveis com relação à saúde, à sexualidade e à educação das gerações mais novas.
- Reconhecer o caráter dinâmico da cultura, valorizar o patrimônio cultural de diferentes grupos sociais e reconhecer e respeitar a diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira.
- Observar modelos de representação e orientação no espaço e no tempo, familiarizando-se com a linguagem cartográfica.
- Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado das ciências naturais.

- Questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil.



Os alunos contam suas histórias. Cada história contada é mais um elo na corrente que os aproxima, fortalecendo-lhes a auto-estima.

4.1.1 O aluno e o lugar de vivência

Muitos jovens e adultos que procuram programas de alfabetização vivem o estigma social da condição de analfabetos, associado à incapacidade e ao fracasso. Por esse motivo, um aspecto fundamental de sua inserção em um projeto educativo é o fortalecimento de sua auto-estima, a afirmação de sua identidade como cidadãos de direitos e como seres produtivos e criativos, intelectualmente capazes, produtores de cultura. Ao se apropriarem da linguagem escrita, os alunos devem poder utilizá-la para expressar suas idéias, recuperar suas experiências, reconhecer e valorizar sua cultura, interessando-se por ampliá-la. A recuperação das histórias de vida, da infância e da adolescência, a descrição dos lugares de onde vieram, por onde passaram e onde vivem hoje são estratégias importantes nesse sentido, favorecendo ao mesmo tempo o desenvolvimento de várias habilidades escolares.

O estudo do entorno próximo ao centro educativo e de outros lugares de vivência pode favorecer as capacidades de orientação e representação espacial, através da interpretação e elaboração de desenhos, plantas ou mapas de espaços conhecidos. Ao observar transformações ocorridas na localidade com o passar do tempo, os alunos também podem desenvolver a percepção do tempo histórico. Além de propiciar um melhor aproveitamento dos recursos locais, em benefício pessoal e da comunidade, essa abordagem oferece a oportunidade de ampliar o debate para questões de alcance mais geral.

Finalmente, a convivência no centro educativo deve constituir um importante exercício de convivência democrática, interesse pelo bem-estar coletivo, respeito aos equipamentos de uso comum, interesse por participar e colaborar com a manutenção e melhoria do espaço. Tais questões devem sempre ser tomadas como conteúdos prioritários do trabalho pedagógico.

O ALUNO E O LUGAR DE VIVÊNCIA: CONTEÚDOS E OBJETIVOS DIDÁTICOS

A identidade do aluno

- Recuperar a história pessoal por meio de relatos orais, escritos, desenhos ou dramatizações, valorizando positivamente sua experiência de vida.
- Reconhecer a si próprio e a seus pares enquanto portadores e produtores de cultura, dotados de capacidade de ampliar seu universo de conhecimentos, valores e meios de expressão.
- Estabelecer uma relação empática e solidária com os colegas, respeitando as diferenças socioculturais, de gênero, geração e etnia presentes no grupo.
- Ordenar cronologicamente fatos significativos da vida pessoal, empregando unidades de medida do tempo (anos, décadas, meses) e estabelecendo periodizações pertinentes (infância, adolescência etc.).
- Localizar os mapas políticos do Brasil, do estado e municípios de origem e moradia atual.
- Conhecer os vários documentos de identificação pessoal e suas utilidades (certidão de nascimento, RG, título de eleitor etc.)

O centro educativo

- Conhecer o calendário escolar, situando cronologicamente eventos e períodos significativos (dias letivos, férias, festividades etc.)
- Conhecer as dependências e os equipamentos do centro educativo, formulando propostas para seu aperfeiçoamento.
- Participar dos órgãos de gestão democrática do centro educativo, conhecendo os direitos e os deveres de seus vários integrantes.

Espaço de vivência

- Observar, descrever e desenhar croquis de espaços geográficos conhecidos (lugar de origem, de moradia e trabalho, entorno da escola etc.), empregando símbolos e legendas.
- Observar e descrever formas de ocupação social do espaço, analisando seu aproveitamento ou degradação.
- Identificar os principais órgãos de administração e serviços (públicos, privados e comunitários) da região, bem como conhecer as funções que lhes são correspondentes, analisando sua qualidade e formulando sugestões para sua melhoria.
- Relacionar as condições de saneamento básico da região e de seus serviços de saúde com a incidência e o tratamento de doenças.
- Identificar formas de participação individual e coletiva na comunidade, desenvolvendo atitudes favoráveis à melhoria de suas condições socioambientais (saneamento básico, coleta seletiva e reciclagem de lixo, mutirões de moradia, movimentos por melhoria dos serviços, campanhas de solidariedade etc.).
- Identificar os principais órgãos de participação civil da região (associações de bairro, sindicatos, partidos políticos, grupos religiosos etc.), distinguindo as respectivas esferas de atuação.
- Identificar, descrever e resgatar as origens das principais festividades e outras tradições culturais da região.

- Observar mudanças ocorridas na região, recuperando seu passado por meio de relatos orais de moradores antigos ou de fontes documentais (fotos, jornais, livros etc.).

4.1.2 O corpo humano e suas necessidades

O conhecimento do próprio corpo é algo que costuma interessar bastante os jovens e adultos. Os conteúdos relacionados com esta temática devem propiciar uma melhor compreensão das condições de geração, manutenção e melhoria da qualidade da vida. A consciência de nossas necessidades vitais e de como atender a elas da melhor forma possível é o elemento que deve motivar o conhecimento da anatomia e do funcionamento do corpo.

Nessa perspectiva, destacam-se as questões relativas à alimentação. Normalmente, os alunos detêm conhecimentos práticos sobre o valor dos alimentos e a importância da água, cabendo ao professor esclarecê-los, ampliá-los e complementá-los com informações científicas.

A reprodução humana também desperta muito interesse nos alunos jovens e adultos. A maioria deles já tem vida sexual ativa, mas são muitas as dúvidas e curiosidades sobre esse tema, cercado de preconceitos e tabus. A responsabilidade do educador é buscar esclarecer dúvidas e questionar preconceitos, considerando a importância de os alunos terem informações claras a fim de desenvolverem atitudes saudáveis e responsáveis com relação à sexualidade. A discussão sobre o planejamento familiar deve ser realizada de forma aberta, respeitando-se a liberdade individual de cada aluno, seus princípios e valores morais.

Relacionados com atitudes responsáveis com relação à paternidade e à maternidade estão os conhecimentos sobre o desenvolvimento fetal, os cuidados pré-natais, o nascimento e o aleitamento materno. A compreensão das características e das necessidades específicas do bebê, da criança e do adolescente também pode ajudar pais e mães (ou futuros pais e mães) a relacionarem-se com seus filhos de modo a favorecer-lhes o desenvolvimento físico, psicológico e social.

O CORPO HUMANO E SUAS NECESSIDADES: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

O corpo humano

- Identificar o esquema corporal (cabeça, tronco e membros), relacionando as funções que cada região desempenha.
- Identificar as estruturas responsáveis pelo movimento, relacionando-as com os problemas posturais ou decorrentes da falta ou excesso de exercícios.
- Identificar os órgãos dos sentidos, seu funcionamento e cuidados necessários à sua preservação.
- Conhecer necessidades especiais de pessoas portadoras de deficiências.

Alimentação

- Comentar criticamente os hábitos alimentares.
- Compreender a importância da higiene da água e dos alimentos.
- Aplicar os conhecimentos na criação de hortas, na produção e preparação dos alimentos.

Reprodução

- Conhecer métodos de contracepção, seu funcionamento e condições de uso.
- Conhecer, de forma simples, como se dá o desenvolvimento fetal, relacionando-o com a importância dos cuidados pré-natais.
- Compreender a importância do planejamento familiar.
- Identificar as principais doenças sexualmente transmissíveis, bem como as formas de prevenção e tratamento.
- Utilizar conhecimentos sobre a reprodução humana para analisar as atitudes pessoais com relação à sexualidade.

Desenvolvimento humano

- Identificar e comentar hábitos necessários ao cuidado de crianças.
- Conhecer as necessidades alimentares específicas da primeira infância (particularmente a importância do aleitamento materno).
- Conhecer as principais doenças causadoras de mortalidade infantil, bem como as formas de prevenção e tratamento.
- Conhecer as condições necessárias para que as crianças tenham um bom desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social.
- Discutir os cuidados necessários à saúde dos adultos, especialmente as formas de prevenção de doenças e acidentes ligados ao trabalho.
- Conhecer as principais características fisiológicas e psicológicas da terceira idade.
- Conhecer os riscos do consumo de drogas que provocam dependência física (tabaco, álcool, psicotrópicos) e as formas de tratamento da dependência de drogas.

4.1.3 Os seres humanos e o meio ambiente

Nos últimos anos, a questão ecológica tem-se destacado em nossa sociedade. É, de fato, uma questão crucial da atualidade, ainda que muitas vezes seja abordada como um modismo. É importante o educador abordar o tema com seriedade, tratando de conscientizar os alunos sobre a complexidade dos problemas envolvidos nessa questão. No caso de um país como o Brasil, por exemplo, como conciliar o necessário crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais? A resposta não é simples e exigirá, em cada caso, uma boa análise da situação, a consideração de pontos de vista distintos, tocantes aos vários lados da questão, aos diferentes interesses em jogo.

Este tópico de estudo permite não só elaborar conceitos referentes, por exemplo, à zona rural e zona urbana, relacionando-os com as respectivas atividades econômicas e peculiaridades culturais; presta-se também a acurar o sentido de observação,

desenvolvendo a capacidade de comparar semelhanças e diferenças, assim como a de classificar os espaços geográficos segundo critérios determinados. Trata-se de um bloco de conteúdos que permite ampla exploração da capacidade de elaborar e interpretar mapas, podendo ser desdobrado para o estudo de relações mais complexas, tais como a estrutura fundiária, os movimentos migratórios, o crescimento desordenado das cidades etc.

OS SERES HUMANOS E O MEIO AMBIENTE: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Espaços rurais e urbanos

- Observar as diferenças existentes entre os espaços rural e urbano, relacionando-os com as atividades econômicas características do campo e da cidade.
- Observar mapas físicos do país, do estado e da região, observando símbolos que representam os elementos naturais e a ocupação humana.

Problemas ambientais das zonas rural e urbana

- Conhecer as principais formações vegetais existentes na região (florestas, cerrado, caatinga, campos, vegetação costeira), particularmente a cobertura vegetal original do município.
- Conhecer características do solo e reconhecer sinais de sua degradação e formas de conservação.
- Discutir as conseqüências do desmatamento e da extinção de vegetais e animais.
- Identificar as causas da poluição do ar e suas conseqüências, especialmente no que diz respeito à saúde das pessoas.
- Identificar causas e conseqüências da poluição das águas.
- Identificar e comentar problemas relacionados com a destinação dos esgotos e do lixo industrial e doméstico, buscando as possíveis soluções para a melhoria de sua qualidade de vida.

Conservacionismo

- identificar e comentar iniciativas pessoais, coletivas e governamentais de defesa do meio ambiente.
- Desenvolver atitudes positivas relacionadas com a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente rural e urbano.

4.1.4 Trabalho, cidadania e participação

A maioria dos jovens e adultos que ingressam nos programas de educação básica já estão inseridos no mundo do trabalho, portanto os temas econômicos lhes são familiares, uma vez que têm de lidar cotidianamente com a dinâmica do mercado de trabalho e de consumo, com preços e salários. Normalmente, a conquista de melhores oportunidades profissionais constitui um motivo forte para muitos se dedicarem ao estudo. O desenvolvimento tecnológico na agropecuária, na indústria e nos serviços tem criado novas exigências quanto à qualificação profissional. Ao mesmo tempo, os postos de trabalho vêm diminuindo, levando muitas pessoas a buscar seu sustento no mercado informal, assalariado ou ainda no trabalho por conta própria. Nesse mercado, não são

respeitadas as leis trabalhistas e muitas vezes os trabalhadores são submetidos a condições desumanas de trabalho ou não recebem aquilo a que têm direito.

Os alunos devem ser levados a refletir sobre sua condição como trabalhadores e suas oportunidades de desenvolvimento profissional. Devem igualmente conhecer direitos e deveres básicos garantidos por lei e as formas de lutar por eles, a função dos sindicatos na defesa dos trabalhadores e a possibilidade de recorrer à justiça.

Esta temática remete também à garantia de outros direitos e à função da justiça e do governo no cumprimento da lei. Entramos assim no terreno da política, assunto que apasiona alguns, mas que, crescentemente, vêm despertando o desprezo da maioria. É comum ouvirmos pessoas dizendo que "não gostam de política" ou "dos políticos"; entretanto, não podemos deixar de considerar a importância que os sistemas políticos e administrativos têm na sociedade em que vivemos e o fato de que tais sistemas afetam diretamente a vida das pessoas.

É necessário ajudar os alunos a compreender a complexidade das questões políticas e a superar atitudes de passividade, de adesão ou contestação ingênua frente ao "sistema" ou às personalidades da vida política do país. É importante também que eles compreendam que o sistema político que temos hoje pode ser mudado ou aperfeiçoado, e que essas atitudes dependem unicamente da capacidade de ação e de articulação da sociedade. Uma estratégia que pode favorecer a motivação pelo estudo deste tema é abordá-los durante períodos eleitorais ou de ocorrência de qualquer acontecimento que agite a vida política e a opinião pública do país, do estado ou do município.

TRABALHO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Trabalho, tecnologia e emprego

- Reconhecer o desenvolvimento científico e tecnológico como meio de ampliar a produtividade do trabalho humano.
- Relacionar, por meio de exemplos, o desenvolvimento tecnológico com as exigências de qualificação profissional.
- Analisar o problema do desemprego no país.

O Estado brasileiro

- Observar o mapa político do Brasil e do estado, neles localizando as capitais estadual e federal (Brasília).
- Conhecer o funcionamento de um regime político democrático por meio de exemplos (eleições livres, liberdade de expressão e associação), distinguindo-o de regimes autoritários.

Direitos civis, políticos e sociais

- Identificar direitos e deveres pessoais e coletivos no âmbito dos locais de moradia e trabalho, na escola, nos organismos políticos, nas associações etc.
- Identificar o papel do Estado e da sociedade na efetivação dos direitos dos cidadãos.
- Discutir formas de melhorar a democracia brasileira.

Organização e participação da sociedade

- Relacionar a conquista e a manutenção de direitos de cidadania com a capacidade de organização e de ação coletiva da população.
- Inventariar e comentar experiências de organização e ação coletiva vividas ou conhecidas pelos alunos.
- Identificar os sindicatos como forma de organização e de ação coletiva dos trabalhadores.
- identificar outras formas de organização e participação civil (cooperativas, associações civis, conselhos de escola, conselhos tutelares, conselhos de saúde etc.).

4.1.5 Cultura e diversidade cultural



“A cultura está entre nós, sempre. É o campo da consciência que o mundo se faz ou se desfaz, é nesse universo da imagem, do som, da ação, da idéia. Tudo se resolve na criação. É na invenção que o tempo volta atrás e atrás vai para frente. É onde o homem vira bicho, bicho conversa com gente. É onde eu sou Guimarães, você é Rosa. É onde fica como dantes ou tudo muda num átimo. É onde você se entrega de mãos amarradas ou se rebela de faca no dente. É onde o silêncio vira pedra ou o grito rompe tudo e esparrama a vida por todos os poros. E onde o riso chora e o choro é o começo da cura... (...) E gente é, antes de tudo, CULTURA.”

Herbert de Souza - Betinho

O conceito de cultura é um dos principais elementos explicativos da condição humana, da condição de um ser que é capaz de pensar, acumular conhecimentos e transmiti-los às novas gerações. Por esse motivo, tal conceito deverá emergir constantemente no trato dos conteúdos desta área. Para desenvolver o sentido crítico dos

alunos em relação aos conhecimentos, é fundamental que eles reconheçam que, enquanto produtos culturais, os conhecimentos são dinâmicos, transformam-se e diferenciam-se no tempo e de um grupo social para outro. Os temas reunidos neste bloco são a base para o aprendizado de atitudes de não-discriminação e tolerância, bem como de respeito à pluralidade cultural e étnica, às diferenças de credo, gênero e geração. Trata-se de atitudes essenciais para o convívio democrático numa sociedade diversificada como é a brasileira.

As manifestações artísticas são um aspecto importante na formação da identidade cultural dos grupos sociais, expressando suas formas de ver o mundo. Todas as formas de expressão artística devem merecer atenção e constituem excelente material de estudo. Recomenda-se também abordar o papel dos meios de comunicação de massa, que nos dias de hoje são um veículo importantíssimo de disseminação da cultura, levando a todos os rincões do país informação e diversão, mas também padrões de consumo, gostos e valores. Através do rádio e da televisão, intensificam-se as influências culturais entre as regiões e difundem-se produtos culturais inclusive de outros países. É importante que os alunos tomem consciência dessas influências, valorizando a diversidade como fator constitutivo da cultura. O respeito pelo modo de ser dos outros deve ser desenvolvido como um valor essencial à democracia.

CULTURA E DIVERSIDADE CULTURAL: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Cultura

- Observar mudanças ocorridas em aspectos da cultura no passado e no presente (tecnologias, formas de trabalho, hábitos alimentares, padrões de moralidade, expressões artísticas etc.).
- Reconhecer a própria cultura e a da sua comunidade como parte do patrimônio cultural da sociedade brasileira.

Diversidade cultural da sociedade brasileira

- Reconhecer o caráter multiétnico e a diversidade cultural da sociedade brasileira, adotando perante tal pluralidade atitudes isentas de preconceitos.
- Reconhecer, por meio de exemplos, a diversidade cultural e lingüística dos povos indígenas do Brasil, valorizando-a enquanto elemento constitutivo do patrimônio cultural da sociedade brasileira.
- Conhecer traços culturais dos principais grupos étnicos africanos presentes no Brasil, valorizando-os enquanto elementos constitutivos do patrimônio cultural da sociedade brasileira.
- Conhecer traços culturais de algumas nacionalidades que imigraram para o Brasil, valorizando-as enquanto elementos constitutivos do patrimônio cultural da sociedade brasileira.
- Conhecer a legislação que proíbe e pune a prática de racismo na sociedade brasileira.

Meios de comunicação de massa

- Analisar criticamente o papel dos meios de comunicação de massa na dinâmica cultural brasileira, reconhecendo sua responsabilidade social.

4.2. Arte

Uma das formas por meio das quais os vários grupos sociais expressam suas visões de mundo e refletem sua experiência é a arte. Por esse motivo, as várias manifestações artísticas constituem um conteúdo essencial da educação básica, tanto pelo que encerram de valor em si mesmas como pelo seu potencial como veículo para outras aprendizagens. As experiências artísticas envolvem não apenas as dimensões racionais das pessoas, mas também o sentido estético e as emoções; portanto, a arte é fundamental quando se tem uma concepção da alfabetização como parte de um processo de educação integral, por meio do qual as pessoas possam desenvolver novas atitudes e valores que orientem sua ação.

Nas obras de arte, a experiência humana é sempre retratada de forma surpreendente, o que induz os alunos a olharem para si mesmos e para o mundo de novas maneiras. Esse movimento de transcendência também é essencial na formação dos alunos, para quem a alfabetização deve representar a abertura de uma nova forma de expressão e compreensão. Além disso, o conhecimento da produção artística de diferentes grupos humanos nas várias épocas da história oferece uma boa oportunidade para uma reflexão acerca do que há de comum e o que há de diferenciado nos seres humanos pertencentes a culturas distintas.

As diversas expressões artísticas merecem ser abordadas como conteúdo educativo, tanto as formas eruditas como as populares, tanto as mais antigas e consagradas como as mais contemporâneas. Devem-se considerar ainda os interesses e gostos específicos das diferentes faixas etárias, incentivando o respeito mútuo e a ampliação do próprio repertório.

O potencial educativo da arte deve ser direcionado tanto para a realização como para a fruição e reflexão sobre obras de arte. No Centro Educativo, devem ser abertas oportunidades para que os alunos experimentem a criação de formas artísticas, apreciem obras, compartilhem seus significados com outros e, finalmente, reflitam sobre elas como produtos culturais.

“O ser humano é por natureza um ser criativo. No ato de perceber, ele tenta interpretar e, nesse interpretar, já começa a criar. Não existe um momento de compreensão que não seja ao mesmo tempo criação.”

Fayga Ostrower



ARTE: SÍNTESE DOS OBJETIVOS DA ÁREA

- Desenvolver a percepção, a imaginação, a sensibilidade e o sentido estético, realizando ou fruindo produções artísticas (música, dança, teatro, desenho, pintura, escultura, arquitetura etc.).
- Experimentar diversos materiais, instrumentos e procedimentos empregados na produção artística, utilizando-os para expressar-se.
- Conhecer diferentes manifestações artísticas (populares e eruditas) e seu valor para o desenvolvimento da cultura e da identidade dos povos.
- Reconhecer a importância do patrimônio artístico de sua comunidade.
- Reconhecer a importância da preservação do patrimônio artístico.
- Interessar-se por participar de eventos artísticos ou freqüentar centros culturais, museus, exposições, apresentações, saraus etc.

4.3. Movimento e Corpo

Toda prática social exige o corpo. Cada ser humano traz em seu corpo as marcas de sua história de vida, do tempo e do lugar onde vive. Foi por meio da prática corporal que os grupos sociais, ao longo de sua história, inventaram jogos, brincadeiras, esportes, danças ou ginásticas, que constituem um patrimônio cultural particular a esses grupos e da humanidade como um todo. Esse patrimônio merece ser conhecido, praticado e recriado permanentemente — usufruí-lo é um direito social.

No sistema formal de ensino brasileiro, a área do conhecimento responsável pela organização desse patrimônio cultural na forma de saber escolar é a Educação Física. Em uma de suas vertentes, essa disciplina denomina tal patrimônio “cultura corporal do movimento”, estabelecendo o acesso a essa cultura como objetivo central de sua intervenção pedagógica.

Ao integrar esta área à sua proposta pedagógica, o Projeto SESC-LER cria a oportunidade de estender aos jovens e adultos excluídos do sistema formal de ensino o acesso à cultura corporal de movimentos. Dessa forma, jovens e adultos em processo de alfabetização também podem exercer esse direito, realizando atividades no Centro de Educação durante o período letivo ou fora dele, ou ainda, como repercussão desejada, em outros espaços sociais, como prática de lazer amplamente incorporada.

A intervenção pedagógica da área Movimento e Corpo deve considerar, de maneira central, a cultura corporal de que são portadoras as pessoas jovens e adultas envolvidas no Projeto SESC-LER. A história de vida inscrita em seus corpos é ponto de partida e referência permanente para o trabalho a ser desenvolvido, constituindo fonte primária do programa. Assim, muitas práticas de jogos, de brincadeiras, de danças, de esportes conhecidas por alguns alunos poderão ser compartilhadas com os demais. A

memória lúdica da comunidade — suas festas e brincadeiras de rua — é outra fonte para a programação nesta área.

As atividades propostas devem incluir, entre outras, práticas corporais como jogos populares, danças, esportes, formas de ginástica, capoeira, a ser organizadas e desenvolvidas ao longo do período letivo. A elas juntam-se excursões, caminhadas e outros eventos tais como festivais de esportes, jogos, dança, teatro etc. A integração das práticas de movimento corporal com outras áreas de conhecimento é plenamente possível.

Em síntese, pretende-se que a área Movimento e Corpo seja uma oportunidade para que jovens e adultos possam praticar, viver, sentir, enfim, usufruir seu corpo. Ao mesmo tempo, espera-se que se apropriem da cultura corporal de movimentos, participando de sua recriação e dos processos de transmissão para as gerações mais novas ou para outros grupos sociais.



Os jogos, a dança, a expressão corporal permitem a passagem do mundo da ação para o imaginário. Penetrando no mundo do símbolo estimulam a afetividade e integram os indivíduos.

Claude Chalanguier

MOVIMENTO E CORPO: SÍNTESE DOS OBJETIVOS DA ÁREA

- Participar de atividades corporais (esportes, danças, jogos ou ginásticas), reconhecendo e respeitando as potencialidades e os limites do próprio corpo e do dos demais.
- Adotar atitudes de solidariedade e respeito em atividades lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de discriminação ou violência.
- Valorizar e desfrutar a pluralidade de manifestações da cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre as pessoas e os povos.

- Conhecer, organizar, melhorar ou reivindicar locais adequados para promover atividades corporais e de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade básica do ser humano e um direito do cidadão.

4.4. Língua Portuguesa

A área de Língua Portuguesa abrange o desenvolvimento da linguagem oral e a introdução e o desenvolvimento da leitura e da escrita. Com relação à linguagem oral, a principal conquista dos alunos deverá ser a ampliação de seus recursos lingüísticos. Em outras palavras, os alunos devem aprender a planejar e adequar seu discurso a situações formais e informais, novas ou pouco conhecidas por eles. A fala em público, por exemplo, é um grande desafio para aqueles que estão acostumados a conversar com pessoas ou grupos que partilham o mesmo cotidiano, exigindo daquele que vai falar o uso de uma série de recursos a fim de que seu discurso possa ser compreendido pelo outro.

Com relação à linguagem escrita, além da compreensão e o domínio dos seus mecanismos e recursos básicos, é essencial que os alunos compreendam suas diferentes funções sociais e conheçam as diferentes características que os textos podem ter, de acordo com essas funções. Todos sabem quão distintas são as linguagens que se usam numa carta de amor, numa bula medicinal, num jornal ou numa enciclopédia. Por isso, esta proposta abarca o trabalho com textos escritos desde o início do processo de alfabetização, de modo a possibilitar que os alunos conheçam e vivenciem suas várias modalidades.

O objetivo central na área de Língua Portuguesa é formar bons leitores e produtores de textos, que saibam apreciar suas qualidades, encontrar e compreender informações escritas, expressar-se de forma clara e adequada à intenção comunicativa. Portanto, atividades que envolvam leitura e produção de textos são essenciais para alcançar tal objetivo. Para aprender a escrever é preciso escrever, e o mesmo se aplica à leitura. Na interação com este objeto de conhecimento — o texto — e com a ajuda do educador, o aluno poderá realizar essas aprendizagens ao mesmo tempo que vai descobrindo como funciona o sistema de representação alfabética, ou seja, como as letras se combinam para formar os sons.

De modo a criar um ambiente favorável à aprendizagem da leitura, a sala de aula e o centro educativo devem dispor de uma rica variedade de materiais escritos, revistas, livros e jornais, disponíveis para o manuseio e para consulta. Jogos envolvendo letras, palavras e frases também constituem um recurso bastante útil, especialmente no início do processo de alfabetização. Crachás com os nomes dos alunos podem ser usados para diversos fins, assim como cartelas de bingo com letras e palavras, o jogo da força, entre outros. Finalmente, a leitura em voz alta feita pelo professor e compartilhada pelo grupo é uma ajuda importantíssima para os aprendizes, que, dessa forma, começam a se familiarizar com a estrutura e o vocabulário da linguagem escrita.

O QUE É LETRAMENTO ?

*Letramento não é um gancho
em que se pendura cada som enunciado;
não é treinamento repetitivo
de uma habilidade,
nem um martelo
quebrando blocos de gramática.*

*Letramento é diversão
é leitura à luz de vela
ou lá fora, à luz do sol.*

*São notícias sobre o presidente
O tempo, os artistas da TV
e mesmo Mônica e Cebolinha
nos jornais de domingo.*

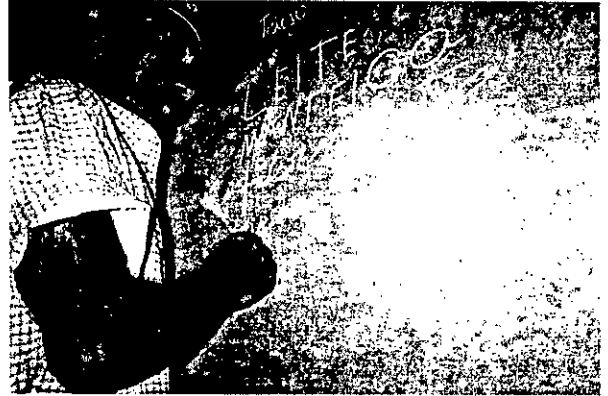
*É uma receita de biscoito,
uma lista de compras, recados colados na geladeira,
um bilhete de amor,
telegramas de parabéns e cartas
de velhos amigos.*

*É viajar por países desconhecidos,
sem deixar sua cama,
é rir e chorar
com personagens, heróis e grandes amigos.*

*É um atlas do mundo,
Sinais de trânsito, caças ao tesouro,
manuais, instruções, guias,
e orientações em bulas de remédios,
para que você não fique perdido.*

*Letramento é, sobretudo,
um mapa do coração do homem,
um mapa de quem você é,
e de tudo que você pode ser.*

*Kate M. Chong, estudante norte-americana, de origem asiática,
ao escrever sua história pessoal de letramento*





Letramento

é o estado ou condição de quem interage com diferentes portadores de leitura e de escrita, com diferentes gêneros e tipos de leitura e de escrita, com as diferentes funções que a leitura e a escrita desempenham na nossa vida. Enfim: letramento é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita.

Magda Soares

LÍNGUA PORTUGUESA: SÍNTESE DOS OBJETIVOS DA ÁREA

- Expressar-se oralmente com eficácia em diferentes situações, interessando-se por ampliar seus recursos expressivos e enriquecer seu vocabulário.
- Respeitar a variedade lingüística que caracteriza a comunidade dos falantes da Língua Portuguesa.
- Dominar o mecanismo e os recursos do sistema de representação escrita, compreendendo suas funções.
- Interessar-se pela leitura e escrita como fontes de informação, aprendizagem, lazer e arte.
- Desenvolver estratégias de compreensão e fluência na leitura.
- Expressar-se por escrito com eficiência, interessando-se pela correção ortográfica e gramatical.
- Analisar características da Língua Portuguesa e marcas lingüísticas de diferentes textos, interessando-se por aprofundar seus conhecimentos sobre a língua.

4.4.1. Linguagem oral

Os jovens e adultos não alfabetizados já são usuários competentes de seu idioma, pois em geral conseguem comunicar-se de modo eficiente nas situações cotidianas. Os modos de falar das pessoas são a expressão mais forte da bagagem cultural que possuem, de suas experiências de vida. Podemos encontrar adultos pouco escolarizados que têm um excepcional domínio da expressão oral: contadores de histórias, poetas, repentistas, líderes populares. Entretanto, deparamos também com aqueles que têm seu

discurso marcado por experiências de privação, humilhação e isolamento e que, por essa razão, se expressam de forma fragmentada e têm dificuldade de se fazer entender. Podem-se encontrar nas salas de alfabetização, portanto, pessoas com domínios distintos da expressão oral.

Nas salas de aula as situações de fala podem ser diferentes daquelas vividas nos contextos familiares, ainda que o grupo de alunos pertença a um mesmo lugar de vivência. Essa situação pública de fala demanda o respeito ao turno da palavra, o planejamento e a organização do que se pretende dizer para que todas as informações necessárias sejam explicitadas e todos possam compreender a mensagem. Muitos alunos, ao realizarem relatos em sala de aula, acabam omitindo partes, sem explicar onde aconteceu cada fato ou quem são as pessoas às quais se referem, como se todos os ouvintes compartilhassem as informações que possuem. Nesses casos, o que pode ter ocorrido é a desconsideração de referências importantes e necessárias aos ouvintes.

O educador deve ter em mente que o desenvolvimento da linguagem oral é um processo em que o aluno paulatinamente amplia seus recursos expressivos. Esse processo é guiado pela intervenção do professor e dos colegas: à medida que estes pedem esclarecimentos, colaboram para a adequação da mensagem.

A atitude de convidar os alunos a falar e ouvir atentamente deve permear todas as atividades planejadas. No início, devem-se priorizar situações em que os alunos ouçam e falem de experiências vividas e discutam temas de seu cotidiano. Podem também ser desafiados a recontar textos literários e informativos. Mais adiante, pode-se sugerir que façam breves exposições sobre conhecimentos recém-adquiridos, exponham sínteses de leituras realizadas e confrontem-nas com as dos colegas.

Além da ampliação dos recursos expressivos, outro aspecto a ser considerado no ensino da linguagem oral é a variedade lingüística. A língua portuguesa no Brasil varia muito de região para região e também de um segmento social para outro. Há variação tanto no modo como as palavras são pronunciadas como no vocabulário e na formulação de expressões.

Nas turmas de educação de jovens e adultos, encontramos grande variedade lingüística, sotaques e expressões de diferentes regiões do país, bem como as gírias e os modismos da televisão. Durante muito tempo, toda essa variedade que caracteriza a linguagem oral foi vista, equivocadamente, como um obstáculo para o domínio da escrita. No presente, a partir de estudos da lingüística, sabe-se que a linguagem oral possui uma natureza mais flexível e dinâmica que a escrita, absorvendo rapidamente as inúmeras variações decorrentes do contexto sociocultural na qual se desenvolve.

Algumas dessas variações acabam sendo identificadas com o modo de falar de uma certa classe social. Os modos de falar de pessoas mais pobres passam a ser discriminados ou ridicularizados. É preciso compreender, em primeiro lugar, que a fala é diferente da escrita; depois, que as várias formas de expressão não são modos errados

de falar. E, ainda, os alunos precisam ter consciência de que certos modos de falar são discriminados socialmente, levando-os a refletir sobre os modos de falar deles próprios e a reconhecer outras variações lingüísticas que escutam no rádio e na televisão.

LINGUAGEM ORAL: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Narração

- Contar fatos e experiências cotidianas sem omitir partes e informações importantes.
- Recontar textos narrativos (contos, fábulas, anedotas, histórias, notícias etc.).
- Perceber lacunas e/ou incoerências ao ouvir uma narração de fatos, experiências ou o relato de textos.
- Dramatizar situações reais ou imaginadas.

Descrição

- Descrever lugares, pessoas, objetos e processos.
- Perceber imprecisões ou lacunas ao ouvir a descrição de lugares, pessoas, objetos e processos.

Récita e leitura em voz alta

- Recitar ou ler em voz alta textos poéticos breves, previamente preparados.
- Acompanhar leituras em voz alta feitas pelo educador.

Instruções, perguntas e respostas

- Dar instruções verbais.
- Compreender e seguir instruções verbais.
- Identificar lacunas ou falta de clareza em esclarecimentos dados por outrem.
- Pedir esclarecimentos sobre assuntos tratados ou atividades propostas.
- Responder a perguntas utilizando conhecimentos novos.

Argumentação e debates

- Posicionar-se em relação a diferentes temas tratados.
- Identificar a posição do outro em relação a diferentes temas tratados.
- Defender posições, fundamentando argumentos com exemplos e informações.
- Reconhecer os argumentos apresentados na defesa de uma posição, avaliando a pertinência dos exemplos e das informações que os fundamentam.

4.4.2. A linguagem escrita

Nas sociedades modernas, a maioria das pessoas que não sabem ler e escrever tem um contato bastante freqüente com a linguagem escrita. Elas vêem palavras escritas dentro de casa, ao utilizar produtos alimentícios ou ao assistir à televisão, nas ruas ou estradas, ao observar placas, anúncios e veículos, no trabalho, nas lojas, na igreja, etc. Atualmente sabe-se que esse contato com a escrita e a convivência com pessoas que sabem ler e escrever fazem com que mesmo aqueles que nunca foram à escola tenham idéias sobre o funcionamento da escrita e sobre suas funções em nossa sociedade. Essas pessoas, de modo geral, não ficam indiferentes à escrita, pois, muito antes de

freqüentarem a escola, observam seus padrões e regularidades, refletem sobre eles e compreendem sua utilidade.

Portanto, muitos jovens e adultos que nunca passaram pela escola têm conhecimentos sobre a escrita: conhecem algumas letras, reconhecem marcas de produtos, siglas, sabem assinar seu nome etc. Todos já se defrontaram com a necessidade de identificar placas escritas, preencher formulários, lidar com receitas médicas ou encontrar o preço de mercadorias. Nas salas de aula, o educador deve criar situações em que os alunos exponham e reconheçam aquilo que já sabem sobre a escrita. Com base nesse conhecimento é que o educador poderá decidir que novas informações fornecer, para quais aspectos chamar a atenção, de modo que o aluno vá elaborando seus conhecimentos até chegar a um domínio autônomo desse sistema de representação.

Para que leiam e escrevam com autonomia, os alunos precisam familiarizar-se com a diversidade de textos existente na sociedade. Precisam reconhecer as várias funções que a escrita pode ter (informar, entreter, convencer, definir, seduzir), os diferentes suportes materiais onde pode aparecer (jornais, livros, cartazes etc.), bem como as diferentes apresentações visuais que pode adquirir e suas características estruturais (organização sintática e vocabulário). Diferentemente do que se pensava algumas décadas atrás, o domínio do sistema alfabético e das características dos diversos tipos de texto que existem são aprendizagens que devem ocorrer de maneira simultânea. Desde o início do processo de escolarização, jovens e adultos devem entrar em contato com textos reais que expressem suas idéias por escrito, mesmo que ainda não conheçam todas as letras nem saibam juntá-las.

4.4.2.1. Leitura e produção de textos

Tradicionalmente, os textos oferecidos aos alunos durante a alfabetização eram montados a partir de um certo conjunto de sílabas. Por exemplo: *Dida viu o coco. Dida deu o coco a Duda*. Esse tipo de texto, aparentemente mais simples, pode impor dificuldades para a leitura porque as frases são estranhas e não comunicam nada interessante. Para favorecer a leitura compreensiva e motivar os jovens e adultos que se iniciam no mundo da escrita, é fundamental selecionar textos significativos e interessantes. Não é preciso utilizar textos infantilizados e estereotipados, como os que comumente aparecem nas cartilhas e livros de leitura destinados às séries iniciais. Quase sempre são textos sem sentido, que oferecem como único desafio a decifração de palavras. Além disso, não ilustram toda a diversidade de textos que encontramos fora da escola.

Para entrar em contato com os textos, os alunos que não são capazes ainda de ler com autonomia dependerão da ajuda do educador, que deve criar estratégias eficientes para apoiar seus alunos nesse sentido. Uma estratégia fundamental é ler em voz alta

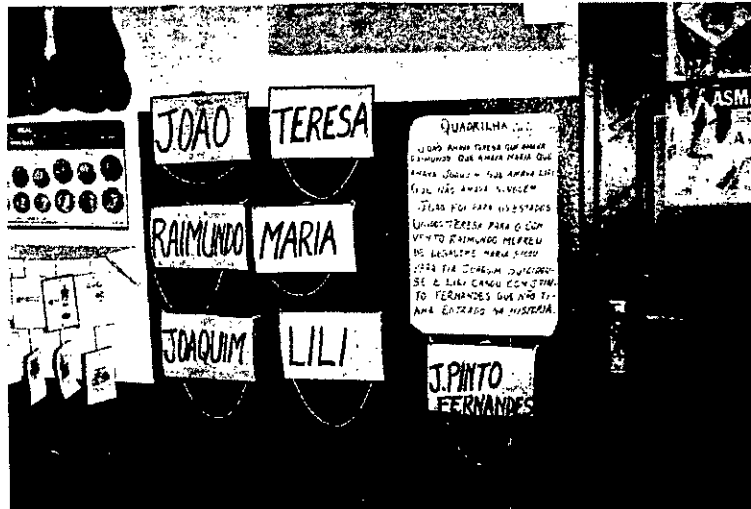
para eles. Ouvindo a leitura em voz alta do educador, os leitores iniciantes vão se familiarizando com a estrutura sintática e com o vocabulário que caracterizam as diferentes modalidades de textos.

Dessa forma, propõe-se que os alunos interajam com textos reais, muitos deles presentes em seu cotidiano, que expressam um conteúdo significativo e, por isso, cumprem alguma função social. Essa opção pode parecer estranha à primeira vista: como se pode oferecer textos para pessoas que não sabem ler? O fato é que a leitura é muito mais do que simplesmente recitar sílabas e palavras.

Leitores iniciantes, que não possuem ainda um domínio automatizado dos elementos e recursos da escrita, têm de concentrar muito de sua atenção na decifração; a leitura se torna penosa, entremeada de soletramentos e silabações e, muitas vezes, acaba-se perdendo o sentido do que está sendo lido. Existem, entretanto, algumas estratégias de leitura que podem ajudá-los muito no cumprimento dessa tarefa. Pistas importantes podem ser retiradas do formato do texto: por exemplo, sabendo que se trata de um jornal, ou de um cartaz, os alunos podem tentar prever o que está escrito e, com isso, ganhar maior fluência na leitura. Eis outras estratégias para apoiar os alunos ao enfrentarem a leitura de um texto: apresentar previamente a temática, discutir o título, trazer informações sobre o autor, esclarecer questões sobre o conteúdo e o vocabulário. Essas informações prévias auxiliam muito a leitura compreensiva dos leitores iniciantes. É fundamental, portanto, saber que tipo de texto têm pela frente, por quem e para que foi escrito. Tais elementos, analisados antes da leitura, ajudam o leitor, ao apoiar seus esforços de decifração em conhecimentos prévios sobre o que está escrito. Assim, será muito mais fácil estabelecer as relações entre os sons e as letras que os representam.

Os textos que os alunos recebem para estudo também servem como modelos para o desenvolvimento da própria escrita. Escrever textos significa saber usar a escrita para expressar conhecimentos, opiniões, necessidades, desejos e a imaginação. Nessa aprendizagem entra em jogo a disponibilidade da pessoa de se expor e criar. Para expressar-se por escrito, o aluno terá que lançar mão de um sistema de convenções já estabelecido, mas deverá utilizá-lo para expressar suas próprias idéias ou sentimentos, apropriando-se criativamente dos modelos disponíveis.

Os jovens e adultos que se encontram nessa etapa da aprendizagem devem se confrontar com todos os desafios que qualquer um enfrenta ao escrever um texto: pensar na mensagem que quer transmitir, no que o receptor de sua mensagem vai precisar saber, na linguagem e na forma de apresentação mais adequada.



“Os textos, enquanto unidades comunicativas manifestam diferentes intenções do emissor: procuram informar, convencer, seduzir, entreter, sugerir estados de ânimo, etc.

Em correspondência a estas intenções, é possível categorizar os textos, levando em conta a função da linguagem que neles predomina.”

Ana Maria Kaufman

Os textos que os alunos encontram dentro e fora da escola são, portanto, os modelos a partir dos quais aprendem a escrever. Para isso, será essencial a ajuda do educador, orientando-os na análise dos sons da fala e dos sinais escritos e chamando-lhes a atenção para as regularidades e irregularidades existentes. No processo de aprendizagem, entretanto, os modelos não são simplesmente copiados: deve haver um trabalho de reelaboração do aluno. O educador deve procurar compreender esse processo de elaboração da escrita por parte dos alunos de modo a poder prestar-lhes ajuda adequada. Para isso, é preciso criar situações em que os alunos possam colocar em jogo aquilo que sabem, expor suas elaborações sobre a linguagem escrita, discutir sua produção com outros colegas, sentir a necessidade de melhorá-la.

Outra estratégia importante para o início do processo de alfabetização é o texto coletivo, em que todos dão sugestões e ditam um texto que o educador vai registrando no quadro de giz. Essa estratégia colabora para que os alunos planejem o texto escrito, cabendo ao educador questioná-los em suas escolhas, buscando com isso aperfeiçoá-las. É uma excelente oportunidade para mostrar aos alunos as diferenças entre escrita e fala. Os textos elaborados coletivamente podem ser de vários tipos: receitas, cartas, quadras populares, o registro de novas aprendizagens ou a síntese de alguma discussão.

Durante o processo de produção de textos, é muito importante a colaboração do professor, que pode intervir na produção dos alunos de distintas formas:

- no momento em que os alunos estão escrevendo, esclarecendo dúvidas, dando sugestões e informações individualmente;

- revisando os textos posteriormente, fazendo correções de acordo com as possibilidades de assimilação de quem os escreveu;
- efetuando correções coletivas dos textos dos alunos, reproduzindo-os integral ou parcialmente no quadro, pedindo sugestões dos colegas, conferindo a ortografia, a sintaxe e a pontuação. Nessa situação, o professor pode dar uma série de informações sobre os recursos da escrita, que, certamente, serão assimiladas de formas diferentes pelos diferentes alunos. Para trabalhar dessa maneira, é importante o professor considerar as características das diversas modalidades de texto.

LEITURA E ESCRITA: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Listas

- Identificar as listas.
- Produzir listas em forma de coluna ou separando seus itens com vírgulas ou hífens.
- Escrever diferentes tipos de listas (lista de compra, listas de nomes de pessoas, nomes de cidades, instrumentos de trabalho, animais etc.).
- Ordenar listas por ordem alfabética.
- Consultar listas telefônicas, classificados de empregos, guias de itinerários etc., compreendendo sua organização.

Receitas e instruções

- Identificar as partes que compõem uma receita (títulos, lista de ingredientes, modo e tempo de preparo, ilustrações e fotografias).
- Utilizar títulos, ilustrações e outros elementos gráficos como chaves de leitura para prever conteúdos de receitas e instruções.
- Ler manuais de equipamentos, identificando as partes que os compõem.
- Redigir receitas ou instruções de procedimentos simples (como trocar pneus, lâmpadas, tirar manchas de tecidos etc.).
- Realizar atividades seguindo instruções escritas.
- Efetuar a leitura de formulários e questionários
- Observar modelos de formulários comuns e compreender sua diagramação e seu vocabulário (data de nascimento, sexo, estado civil, nacionalidade etc.).
- Ler e preencher formulários simples.
- Observar a organização de um questionário: numeração da perguntas, respostas de múltipla escolha, espaços para respostas por extenso etc.).
- Responder a questionários curtos com opiniões ou dados pessoais.

Anúncios, folhetos e cartazes

- Identificar os recursos visuais utilizados nestes textos e compreender sua função: tipo e tamanho das letras, cores, ilustrações, tamanho do papel.
- Analisar oralmente a linguagem usada nesses textos quanto à clareza e objetividade.
- Localizar informações específicas em anúncios e folhetos explicativos.
- Analisar criticamente mensagens publicitárias.
- Escrever cartazes, anúncios ou folhetos, considerando o tipo de mensagem que se quer transmitir, o tipo de linguagem e apresentação visual adequada.

Versos, poemas, letras de música

- Observar a configuração desses textos, reconhecer e nomear seus elementos (título, verso e estrofe).
- Observar os recursos sonoros desses textos: repetições sonoras, rimas.
- Ler e analisar esses textos oral e coletivamente, atentando para a linguagem figurada, observando que se trata de um recurso que pode sugerir interpretações diversas.
- Criar e escrever títulos para poesias e letras de música.
- Escrever pequenos versos, poemas ou letras de música, ou reescrevê-los, introduzindo modificações em textos de outros autores.
- Consultar livros e antologias poéticas.
- Conhecer o nome, breves dados bibliográficos e alguns poemas de grandes poetas brasileiros.
- Conhecer o nome, breves dados bibliográficos e algumas canções de grandes cancionistas brasileiros.
- Apreciar e reconhecer o valor literário de textos poéticos.

Bilhetes e cartas

- Ler e escrever bilhetes, atentando para as informações que devem conter.
- Identificar os elementos que compõem uma carta: cabeçalho, introdução, desenvolvimento e despedida.
- Preencher corretamente envelopes para postagem segundo as normas do correio.
- Escrever cartas pessoais.

Jornal

- Saber qual a função dos jornais, como são organizados, de que temas tratam.
- Identificar elementos gráficos e visuais que compõem o jornal e sua função (diagramação, fotografia, ilustrações, tamanho e tipo de letras, gráficos e tabelas).
- Identificar e ler manchetes e títulos, prevendo o conteúdo das notícias.
- Ler legendas de fotografias, bem como utilizá-las, juntamente com as ilustrações, como chave de leitura para prever o conteúdo das matérias.
- Reproduzir oralmente o conteúdo de notícias lidas em voz alta pelo professor, identificando o que aconteceu, com quem, onde, como, quando e quais as conseqüências.
- Escrever manchetes para notícias lidas pelo professor, utilizando linguagem adequada.
- Ler e identificar os elementos que compõem as notícias e reportagens (o que, quando, como, onde, com quem e quais as conseqüências).
- Consultar diferentes jornais, utilizando índice, informações contidas na primeira página e identificando cadernos e seções

Contos, crônicas, fábulas e anedotas

- Conhecer esses textos através da leitura oral do professor, identificando elementos como título, personagens, complicação e desfecho.
- Ler historietas e anedotas.
- Escrever, com a ajuda do professor e dos colegas, pequenas histórias do cotidiano, anedotas ou contos conhecidos.
- Reconhecer o valor cultural dos textos e das histórias ficcionais.

Textos de informação científica e histórica

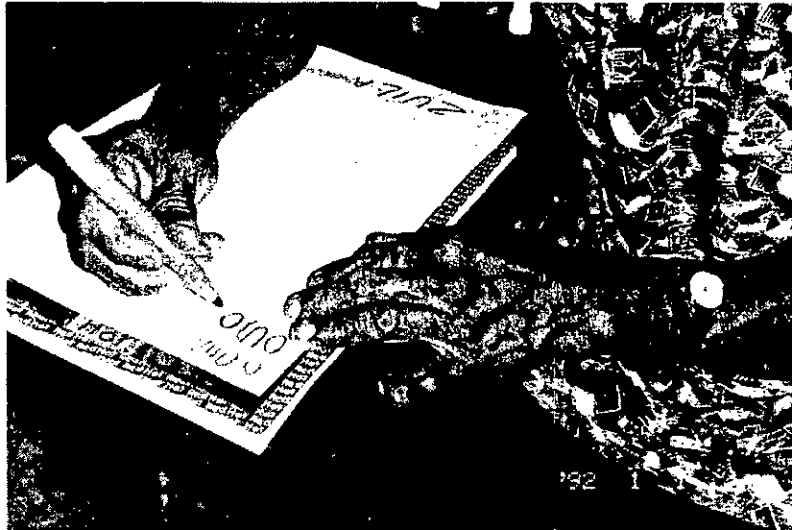
- Observar a organização e consultar, com a ajuda do professor, dicionários, enciclopédias, livros didáticos e paradidáticos.

Pontuação nos textos

- Observar os sinais de pontuação nos textos.
- Identificar os sinais de pontuação mais usuais (ponto, vírgula, ponto de interrogação) e compreender suas funções nos textos (relacionar o uso do ponto final com uso da letra maiúscula no início das frases).

Flexão de palavras nos textos

- Observar palavras que sofrem flexão (plurais, tempos e pessoas verbais).
- Observar a concordância nominal e verbo-nominal em frases e textos



ALFABETIZAÇÃO

“um tipo de prática de letramento (...) o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico) geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e a promoção na escola.”

Angela Kleiman

4.4.2.2. Sistema alfabético

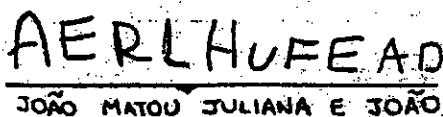
Este conteúdo diz respeito à compreensão do funcionamento do nosso sistema de escrita, das características e normas que condicionam seu uso. Mesmo os jovens e adultos analfabetos possuem informações sobre a escrita e alguma idéia sobre seu funcionamento. Conhecer as idéias e as informações que os alunos já possuem é fundamental para que o professor possa selecionar conteúdos e planejar estratégias grupais e individuais adequadas de modo a promover esse domínio. É necessário, portanto, que o educador consiga diagnosticar os conhecimentos trazidos por seus alunos, compreendendo suas elaborações.

No início do processo de alfabetização, jovens e adultos produzem textos que não seguem os padrões convencionais da língua escrita. São escritas que, aos olhos de

peças leigas, parecem sem sentido: escrevem pulando muitas letras, escrevem como falam, escrevem palavras sem segmentá-las adequadamente (sem separá-las ou separando-as de maneira indevida), não usam pontuação e, muitas vezes, ocupam o papel de modo impróprio.

Essas escritas, na verdade, seguem padrões próprios baseados nas reflexões que esses jovens e adultos fizeram em seu contato cotidiano com a linguagem escrita. Seus erros quase sempre revelam aquilo que para eles é mais difícil de perceber, por exemplo, onde termina uma palavra e começa outra. Emília Ferreiro, renomada psicopedagoga argentina, identificou alguns desses padrões que correspondem a estágios da construção desse conhecimento. Ela denominou esses padrões como escritas pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética e ortográfica. Por meio de exemplos de escrita de jovens e adultos em processo de alfabetização, podemos identificar esses padrões e os avanços cognitivos que cada um encerra.

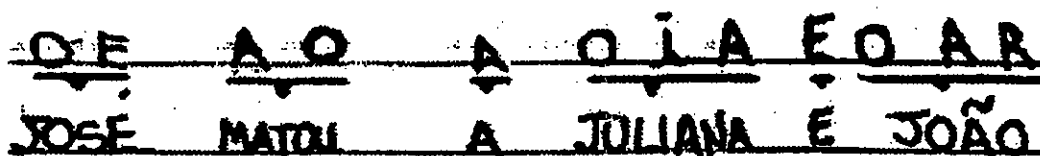
Um primeiro passo importante na aprendizagem da escrita é perceber que as letras representam os sons da fala. Alguns jovens e adultos não têm isso muito claro quando iniciam a alfabetização e podem escrever empregando muitas letras, sem fazê-las corresponder com os sons da fala. Produzem então o que Emília Ferreiro chamou de escrita pré-silábica, como a do exemplo abaixo:



A E R L H U F E A D
JOÃO MATOU JULIANA E JOÃO

ESCRITA PRÉ - SILÁBICA

Quando percebem que cada pedaço da fala (sílabas) corresponde a um pedaço de escrita, muitos jovens e adultos começam a escrever procurando fazer essa correspondência. Alguns, entretanto, não percebem ainda que o pedaço que escutam na fala pode corresponder a mais de uma letra. Então, podem produzir escritas usando só uma letra para cada sílaba, a chamada escrita silábica, como a do exemplo abaixo:



Q E A O A O I A E O A R
JOSE MATOU A JULIANA E JOAO

ESCRITA SILÁBICA

Depois, à medida que observam e analisam sua escrita e a dos colegas, com a orientação dos educadores, os jovens e adultos vão percebendo que precisam usar mais letras para representar as sílabas das palavras. Suas escritas passam a evidenciar esse

esforço de incluir mais letras para representar cada pedaço de fala que identificam, levando-os a produzir então os registros silábico-alfabéticos:

Jo E M o Juana a F Jo u
JOSÉ MATOU JULIANA E JOÃO

ESCRITA SILÁBICO-ALFABÉTICA

POR

Sempre observando outros modelos e analisando sua própria produção, os jovens e adultos vão evoluindo e passam a representar os sons da fala adequadamente, dominando o mecanismo básico de formação das sílabas, com vogais e consoantes. Certamente, ainda cometerão muitos erros de ortografia, não saberão bem como dividir as palavras nem usar a pontuação. Contudo, nessa etapa, eles já conseguem produzir escritas legíveis, como a do exemplo abaixo:

NO DOMINGO JOÃO E JULIANA
FOI PARA O PARCO NAMORA
CUA... JOSE CHEGO
NO PARCO NECONTRO
JOÃO E JUANA NO PARCO
NAMORANDO O JOSE
GOSTAVA DA JULIANA
E LICELE VOLTU E
MATOU JOÃO E JUANA
PORCE O JOSE GOSITAVA DA JUANA
EA JUANA NÃO GOSITAVA DO JOSE

ESCRITA ALFABÉTICA

Finalmente, os jovens e adultos deverão perceber que a correspondência entre fala e escrita não é exata, que não se pode escrever do mesmo jeito que se fala. Vão começar a identificar as regularidades e as irregularidades da ortografia e perceber que a

linguagem da escrita é diferente da linguagem da fala. Por esse motivo, é importante que desde o início da alfabetização os educadores leiam em voz alta para seus alunos; assim, eles podem se acostumar com o tipo de linguagem que é característica de diferentes tipos de textos.

A aprendizagem do mecanismo da escrita ocorre à medida que o aluno recebe informações que desestabilizam suas hipóteses de como escrever, impulsionando-o a reorganizar seus conhecimentos. O exercício de recitar listas de sílabas ou de montar e desmontar palavras pode não ter nenhum significado para um aluno que não estabeleceu a relação entre as letras e os sons da fala, tampouco para aquele que escreve do jeito que fala. É lidando com escritas significativas e elaborando informações fornecidas pelo professor e pelos colegas que eles podem superar dúvidas e ampliar seus conhecimentos.

Para ter sucesso nessa aprendizagem, é preciso desenvolver atitudes como o interesse pela leitura e pela correção da escrita, perseverança e paciência com o ritmo de realização das tarefas dos companheiros e com seu próprio processo de aprendizagem. O professor deverá propor atividades que favoreçam a troca de informações entre os colegas, em que os desafios sejam a escrita significativa e a ampliação de conhecimentos, e não a repetição mecânica de exercícios desvinculados do que o aluno já sabe. O domínio da leitura também será favorecido se os alunos tiverem acesso a textos interessantes, que desafiem sua curiosidade.

Uma estratégia comumente adotada nesse estágio inicial de alfabetização é o uso de letras maiúsculas, porque é mais fácil grafar esse tipo de letra e distinguir umas das outras. A letra cursiva pode ser introduzida depois, quando os alunos já dominarem os princípios básicos do sistema de escrita.

O domínio do sistema alfabético, ou seja, a compreensão do mecanismo básico da escrita, é um conteúdo que diz respeito essencialmente às salas de alfabetização. Já a compreensão e o domínio de normas ortográficas demandam um período mais longo.

SISTEMA ALFABÉTICO: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Alfabeto

- Conhecer a grafia das letras nos tipos mais usuais (letra de forma e cursiva maiúscula e minúscula).
- Estabelecer relação entre letras e sons da fala.

Letras, sílabas e palavras

- Distinguir letras, sílaba e palavra.
- Distinguir vogais de consoantes.
- Perceber que a sílaba é uma unidade sonora onde há sempre uma vogal e que pode conter um ou mais fonemas.
- Conhecer as variedades de combinações de letras utilizadas para escrever.
- Analisar as palavras em relação à quantidade de letras e sílabas.

Segmentação e posicionamento da escrita na página

- Usar a escrita no sentido correto (da esquerda para a direita, de cima para baixo).
- Alinhar a escrita, seguindo pautas e margens.
- Utilizar espaços ou traços para separar títulos, conjuntos de exercícios etc.

Ortografia

- Perceber que um mesmo som pode ser grafado de diferentes maneiras.
- Perceber que uma mesma letra pode representar sons diferentes, dependendo de sua posição na palavra.
- Perceber diferenças entre a pronúncia e a grafia convencional das palavras.
- Identificar, nas palavras, as sílabas terminadas em consoante e tentar grafá-las corretamente.
- Identificar, nas palavras, os encontros consonantais cuja segunda letra é R ou L (BR, CR, DR, FR, GR, PR, TR; BL, CL etc.) e tentar grafá-los corretamente.
- Identificar, nas palavras, os encontros vocálicos orais (AI, OU, UA etc.) e nasais (ÃO, ãE etc.) e tentar grafá-los corretamente.
- Identificar, nas palavras, os dígrafos: CH, NH, LH, RR, SS, QU e GU e as vogais nasais formadas por acréscimo de M e N, e tentar grafá-los corretamente.
- Conhecer os sinais de acentuação e as marcas sonoras que representam, tentando empregá-los na escrita.

4.5. Matemática

Saber Matemática torna-se cada vez mais necessário no mundo atual, em que se generalizam tecnologias e meios de informação com base em dados quantitativos e espaciais em diferentes representações. Também a complexidade do mundo do trabalho passa a exigir, cada vez mais, a formação de pessoas que saibam fazer perguntas, que assimilem rapidamente informações e resolvam problemas utilizando processos de pensamento elaborados.

No início da escolaridade, é importante enfatizar o caráter instrumental das noções matemáticas. Mesmo jovens e adultos que nunca freqüentaram a escola possuem muitos conhecimentos matemáticos, adquiridos na prática, principalmente em atividades que envolvem transações com dinheiro. Esses conhecimentos de natureza prática têm como característica marcante a eficiência para resolver alguns problemas numa situação específica. Além disso, na maioria das vezes, são conhecimentos que não precisam ser explicados verbalmente, nem registrados graficamente, tampouco generalizados, pois estão sempre vinculados a uma situação particular. O objetivo desta área de conhecimento é ampliar tais conhecimentos, proporcionando sua aplicação a novas situações por parte dos jovens e adultos. Os alunos poderão aprender como representar por escrito os números e descobrir regularidades nos cálculos, o que aumentará muito suas possibilidades de generalização desse conhecimento.

As atividades de resolução de problemas devem ocupar mais espaço do que a mera memorização da tabuada, por exemplo, ou a exercitação mecânica das técnicas de

cálculo. O processo de ensino e aprendizagem deve centrar-se na análise e na interpretação de situações, na busca de estratégias de solução, na análise e na comparação entre diversas estratégias, na discussão de diferentes pontos de vista e de diferentes métodos de solução. Desse modo, pode-se favorecer não só o domínio das técnicas como também o de procedimentos como a observação, a experimentação, as estimativas, a verificação e a argumentação.

Muitas situações do cotidiano que envolvem noções e notações matemáticas podem ser utilizadas como suporte para a aprendizagem significativa de procedimentos mais abstratos. Alguns exemplos de fatos e situações cotidianas que podem propiciar interessantes explorações matemáticas são:

- o levantamento de dados pessoais, endereços, códigos postais, números de telefone etc., para reconhecimento das várias funções dos números;
- atividades de compra e venda, cálculo do valor da cesta básica, de encargos sociais, de orçamento doméstico, a ser utilizados em exercícios de cálculo;
- a leitura e a interpretação de informações que aparecem em moedas e cédulas de dinheiro, contracheques, contas de luz, extratos bancários, para observar as escritas numéricas e fazer cálculos mentais;
- a leitura e o traçado de itinerários, mapas e plantas e construção de maquetes, para identificar pontos de referência no espaço, distâncias, formas bi e tridimensionais e compreender escalas;
- o cálculo de medidas de terrenos e edificações, para compreender as noções de medida e de unidade de medida;
- a consulta e a construção de calendários;
- o planejamento e a organização de eventos como festas, excursões e campeonatos esportivos para levantar e organizar dados, fazer cálculos e previsões.

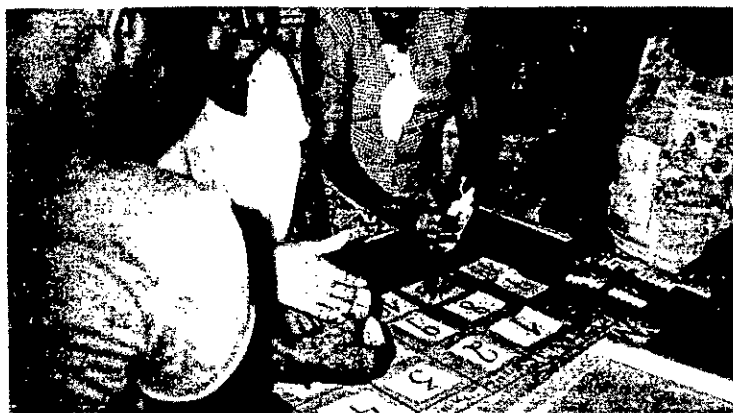
Para que a aprendizagem da Matemática seja significativa, ou seja, para que os alunos possam estabelecer conexões entre os diversos conteúdos e entre os procedimentos informais e os escolares, para que possam utilizar esses conhecimentos na interpretação da realidade em que vivem, sugere-se que os conteúdos matemáticos sejam abordados por meio da resolução de problemas. Uma situação-problema pode ser entendida como uma atividade cuja solução não pode ser obtida pela simples evocação da memória, mas que exige a elaboração e a execução de um plano. Ler, escrever, falar e escutar, comparar, opor, levantar hipóteses e prever conseqüências são procedimentos que acompanham a resolução de problemas. Esse tipo de atividade cria o ambiente propício para que os alunos aperfeiçoem esses procedimentos e desenvolvam atitudes como a segurança em suas capacidades, o interesse pela defesa de seus argumentos, a perseverança e o esforço na busca de soluções. A comunicação e a interação com os

colegas favorecem não apenas a clareza do próprio pensamento, como também as atitudes de cooperação e respeito pelas idéias do outro.

É importante incentivar os alunos a “falar de matemática”, isto é, explicar suas idéias antes de representá-las no papel. A interação com a “fala” de seus colegas ajuda-os a construir conhecimentos, a aprender outras formas de pensar sobre um determinado problema, a clarificar seu próprio processo de raciocínio. Ao educador cabe facilitar esse processo, formulando perguntas que levem os alunos a investigar e a expor seus pontos de vista, estimulando-os a produzir seus próprios registros, a partir dos quais serão buscadas as relações com as representações formais e com as escritas simbólicas.

Nesta etapa do processo de aprendizagem, a expressão oral e os relatos das experiências vivenciadas pelos alunos são os recursos primordiais para apoiar a aprendizagem das noções matemáticas. Ainda assim, existem outros recursos que também podem auxiliar no desenvolvimento dessas aprendizagens. Materiais de contagem como palitos, sementes, etc. podem ser utilizados para ajudar os alunos a estabelecer relações entre grandes quantidades, compará-las, ordená-las ou efetuar cálculos. Atividades com cópias de cédulas e moedas também favorecem algumas aproximações com as regras do sistema de numeração decimal. Instrumentos de medida como fita métrica, metro de carpinteiro, trenas, régua, balanças são recomendáveis para trabalhar as situações que envolvem medidas. Recortes de jornais, revistas, folhetos, fotos, cartazes que apresentem diferentes representações dos números, assim como tabelas e gráficos, também devem estar disponíveis na sala de aula.

A calculadora também é indicada como recurso didático. Além de representar um estímulo a mais para a aprendizagem, as máquinas de calcular têm se mostrado adequadas como apoio à aprendizagem das regularidades das escritas numéricas e de procedimentos de cálculo. Por isso, recomenda-se que seja um recurso disponível na sala de aula, pelo menos em algumas ocasiões. Finalmente, a familiaridade com esse instrumento e o conhecimento sobre como operá-lo podem ser de grande utilidade no dia-a-dia dos jovens e adultos que lidam com muitas situações que envolvem cálculos.



“O conhecimento matemático deve ser um instrumento de análise, interpretação e até de transformação da realidade”.

“Os algoritmos escolares não são os únicos gerais, não são os únicos que podem ser registrados na linguagem matemática e, principalmente, podem ser substituídos”.

Dione Lucchesi

MATEMÁTICA: SÍNTESE DOS OBJETIVOS DA ÁREA

- Valorizar a Matemática como instrumento para interpretar informações sobre o mundo, reconhecendo sua importância em nossa cultura.
- Apreciar o caráter de desafio intelectual da Matemática, reconhecendo-o como estímulo para a resolução de problemas.
- Reconhecer sua própria capacidade de raciocínio matemático, bem como desenvolver o interesse e o respeito pelos conhecimentos desenvolvidos pelos companheiros.
- Intervir em situações diversas relacionadas com a vida cotidiana, aplicando noções matemáticas e procedimentos de resolução de problemas individual e coletivamente.
- Vivenciar processos de resolução de problemas que comportem a compreensão de enunciados, a proposição e execução de um plano de solução, a verificação e comunicação da solução.
- Reconhecer a cooperação, a troca de idéias e o confronto entre diferentes estratégias de ação enquanto meios que melhoram a capacidade de resolver problemas individual e coletivamente.
- Utilizar habitualmente procedimentos de cálculo mental, com calculadora ou com suporte de registros escritos, selecionando as formas mais adequadas para realizar o cálculo em função do contexto, dos números e das operações envolvidas.
- Desenvolver a capacidade de realizar estimativas e cálculos aproximados e utilizá-la na verificação de resultados de operações numéricas.
- Medir e interpretar registros de medidas usuais.
- Aperfeiçoar a compreensão do espaço e suas representações gráficas.
- Coletar, apresentar e analisar dados simples, construindo ou interpretando tabelas e gráficos.

4.5.1. Números

A construção do sentido numérico, ou seja, o reconhecimento dos significados dos números, é a base para a aprendizagem de muitos conceitos e procedimentos matemáticos. O sentido numérico abarca:

- a compreensão das funções do número (quantificar, designar coleções com a mesma quantidade de elementos), ordenar (identificar a posição ocupada por um fato ou acontecimento numa listagem sem que seja necessário memorizá-la integralmente) e construir códigos;

- a percepção das relações existentes entre os números;

- o reconhecimento das ordens de grandeza com eles relacionadas.

É certo que jovens e adultos não escolarizados têm o sentido numérico bastante desenvolvido, ainda que em graus diferentes, dependendo da intensidade com que vivenciam situações de quantificação e medida. Porém, o conhecimento informal que possuem acerca dos números não é suficiente para que compreendam as características

do sistema decimal de numeração, utilizem adequadamente sua notação simbólica e identifiquem suas relações com o cálculo escrito. Embora pessoas não alfabetizadas reconheçam quantidades e lidem com números em situações orais (que não necessitam de registros), elas podem ter muita dificuldade em aprender como representar esses raciocínios no papel. Trata-se de uma dificuldade natural, uma vez que a escrita numérica segue regras próprias, nas quais os alunos podem nunca ter pensado. Nosso sistema de numeração segue o princípio do agrupamento de dez em dez, e na escrita os algarismos valem de acordo com sua posição no número. A compreensão da lógica dos agrupamentos e do princípio posicional, que caracterizam nosso sistema de numeração, é muito importante porque nessas noções estão apoiadas as técnicas convencionais de cálculo.

As atividades introdutórias ao estudo dos números devem partir do universo numérico conhecido e da exploração das idéias e intuições dos alunos; inicialmente, esse processo deve se dar por meio das designações orais que utilizam para expressar contagens, comparações e ordenações. No decorrer do processo em questão, é importante que eles sejam levados a elaborar hipóteses, construir representações (desenhos, esquemas), analisar escritas de números de diferentes grandezas e também produzir escritas pessoais, podendo argumentar sobre essas construções. Dessa forma, paulatinamente, irão estabelecendo relações entre o que pensam e as representações escritas convencionais.

A idéia é que os jovens e adultos possam expressar seus conhecimentos acerca dos números e construam hipóteses sobre as escritas numéricas, de modo semelhante ao que fazem no processo de aquisição da escrita. À medida que analisam seus conhecimentos e tentam explicá-los, os alunos estarão construindo as bases para a compreensão das regras do sistema de numeração decimal. Por esse motivo, devem ser convidados a contar, identificar, comparar e ordenar quantidades, bem como analisar diferentes representações escritas dos números e efetuar cálculos exatos ou aproximados.

NÚMEROS: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Números naturais

- Reconhecer números no contexto diário.
- Utilizar estratégias para quantificar: contagem, estimativa, emparelhamento, comparação entre agrupamentos etc.
- Estimar quantidades e construir estratégias para verificar a estimativa.
- Formular hipóteses sobre grandezas, a partir da observação de regularidades na escrita numérica.
- Reconhecer, ler, escrever, comparar e ordenar números naturais pela observação das escritas numéricas.
- Identificar regularidades na série numérica para nomear, ler e escrever números.

- Observar os critérios que definem uma classificação de números (maior que, menor que, terminados em, estar entre ...) e regras utilizadas em seriações (mais um, mais dois, dobro de, metade de, triplo de, terça parte de ...).
- Contar em escala descendente e ascendente: de um em um, de dois em dois, de cinco em cinco, de dez em dez, de cem em cem etc., a partir de qualquer número dado.
- Interpretar códigos numéricos freqüentes no cotidiano (números de apartamentos em edifícios, números de telefone, código postal, números de linhas de ônibus etc.).
- Construir agrupamentos para facilitar a contagem e a comparação de grandes quantidades.
- Ler e escrever números naturais com dois, três, quatro ou mais dígitos, distinguindo o valor relativo dos algarismos, de acordo com a sua posição na escrita numérica.
- Identificar o antecessor e o sucessor de um número natural escrito, com três, quatro ou cinco dígitos.
- Identificar diferentes formas de compor e decompor um número natural com três, quatro ou cinco dígitos.

4.5.2. Operações e procedimentos de cálculo

Ao lado da construção do sentido numérico e da compreensão das regras do sistema decimal de numeração, o estudo das operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação e divisão) é parte essencial da aprendizagem matemática no ensino fundamental. A compreensão do sentido das operações inclui os seguintes aspectos:

- reconhecer, em situações reais, a utilidade das operações;
- reconhecer as regularidades que caracterizam as operações;
- identificar as relações que existem entre elas;
- perceber o efeito que as operações produzem sobre os números. Por exemplo, no campo dos números naturais, a adição entre 5 e 15 produz um resultado menor do que a multiplicação de 5 por 15, e a adição entre dois números maiores que 50 produzirá sempre um número maior que 100.

A construção dessas noções mantém estreita relação com a construção do sentido numérico e, junto com este, forma a base para o desenvolvimento das estimativas, do cálculo mental e do cálculo escrito. Os jovens e adultos já têm algum domínio sobre vários aspectos do sentido operacional, em função da ampla experiência informal com operações matemáticas. Para aprofundar e sistematizar esse conhecimento, o trabalho escolar deve propiciar atividades que os ajudem a estabelecer as relações entre as suas idéias e estratégias pessoais e o conhecimento mais geral, complexo e formal. Analisando uma ampla variedade de problemas, os alunos terão oportunidade de constatar que um problema pode ser resolvido por diferentes operações, assim como uma mesma operação pode estar associada à resolução de problemas diferentes. Essas constatações poderão ser evidenciadas pela linguagem oral, por construções ou desenhos, antes de chegar às escritas matemáticas associadas a cada uma

delas. Recomenda-se, portanto, que a construção do sentido das operações seja enfatizada tanto quanto o estudo do cálculo.

É bastante comum ouvirmos de educadores de jovens e adultos a afirmação de que os alunos sabem fazer contas de cabeça, mas não sabem passá-las para o papel. As contas feitas de cabeça geralmente estão apoiadas em outras noções matemáticas, diferentes daquelas que regulam as técnicas operatórias que são ensinadas da escola. Os procedimentos de cálculo mental podem variar de acordo com a situação-problema e com os números envolvidos; costumam envolver processos como decomposições de números, arredondamentos e compensações. Já as técnicas operatórias comumente ensinadas na escola apóiam-se nas noções da numeração escrita: por exemplo, escrever os números corretamente respeitando as ordens (uma embaixo da outra), para poder operar com transportes e recursos, no caso das adições e subtrações.

Com vistas a atender às necessidades dos jovens e adultos, o estudo do cálculo não deve se restringir apenas à aprendizagem das técnicas operatórias; deve orientar-se no sentido de possibilitar a análise de diferentes formas de calcular, de favorecer o desenvolvimento de estratégias de pensamento e o reconhecimento da importância de se comprovarem os resultados. Nessa perspectiva, a aprendizagem do cálculo mental exato ou aproximado e a do cálculo escrito se revestem de igual importância.

Nesta etapa, os alunos devem desenvolver estratégias de estimativa que lhes permitam avaliar se resultados relacionados com situações de contagem, medida e operações são razoáveis ou não, e que aproximações são pertinentes a cada situação.

Como já mencionado, os jovens e adultos não escolarizados operam com números em sua vida cotidiana principalmente lançando mão do cálculo mental. Esse tipo de cálculo é muito importante na vida prática, e mesmo as pessoas que conhecem os procedimentos de cálculo escrito fazem uso do cálculo mental em muitas situações. É importante dar oportunidade para que os alunos aperfeiçoem seus procedimentos de cálculo mental, pois, além de sua utilidade prática, auxilia na compreensão das técnicas operatórias convencionais (cálculo escrito) e pode ser utilizado como um recurso para verificar resultados obtidos com lápis e papel e com calculadora.

No que diz respeito aos cálculos, é importante que na fase inicial da aprendizagem os alunos organizem fatos fundamentais da adição e subtração, o que lhes garantirá maior segurança no cálculo mental, exato ou aproximado. Não é primordial que eles cheguem ao conhecimento das técnicas operatórias convencionais, pois é bastante provável que nesse momento ainda não tenham desenvolvido ampla compreensão das regras da numeração escrita. O trabalho com a calculadora pode ser introduzido como recurso para evidenciar propriedades e regularidades das operações numéricas.

OPERAÇÕES: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Adição e subtração com números naturais

- Analisar, interpretar, formular e resolver situações-problema por meio da compreensão de diferentes significados da adição e da subtração.
- Reconhecer que diferentes situações-problema podem ser resolvidas por uma única operação e que diferentes operações podem resolver uma mesma situação-problema.
- Estabelecer relações entre a adição e a subtração.
- Identificar, a partir do cálculo mental, as seguintes propriedades da adição:
 - a troca de lugar das parcelas não altera a soma ($9 + 3 = 3 + 9 = 12$);
 - o zero como parcela ($3 + 0 = 3$ e $0 + 3 = 3$).
- Efetuar cálculos de adição e subtração por meio de estratégias pessoais e construindo suas representações gráficas.
- Analisar e comparar diferentes estratégias de cálculo.
- Utilizar o cálculo mental exato ou aproximado como previsão e avaliação da adequação dos resultados.
- Usar diferentes procedimentos de cálculo, em função da situação-problema apresentada, das operações e dos números envolvidos (cálculo mental, cálculo apoiado em registros escritos e cálculo com calculadora).

Multiplicação e divisão com números naturais

- Efetuar cálculos de multiplicação e divisão por meio de estratégias pessoais construindo sua representação gráfica.
- Analisar e comparar diferentes estratégias de cálculo.
- Efetuar cálculos envolvendo as noções de dobro, metade, terça parte e triplo.
- Revolver situações-problema envolvendo operações de multiplicação ou divisão utilizando a calculadora.

4.5.3. Medidas

Na vida diária, é comum termos que resolver problemas corriqueiros que exigem o manuseio de diferentes grandezas e a análise de vários tipos de medidas.

Quanto tempo falta para?; Quanto preciso para comprar?; Quanto tecido é necessário para?

Para responder a grande parte dessas questões, basta fazer uma estimativa, ou seja, emitir um juízo que permita avaliar se um resultado é razoável. Porém, existem situações para as quais é necessário produzir resultados precisos e exatos, e isso impõe a necessidade de trabalhar com unidades padronizadas e utilizar instrumentos como trenas, fitas métricas, balanças e relógios.

É bastante provável que os jovens e adultos com pouca escolaridade possuam vários conhecimentos relacionados com medidas. Assim sendo, as primeiras atividades para explorar esses conteúdos consistem em verificar a disponibilidade de noções como comprimento, massa, capacidade, temperatura, unidades de tempo e valores monetários. Além de observar como os alunos realizam as medições relacionadas com tais grandezas, é importante verificar se conhecem os registros convencionais de suas medidas, se os utilizam, se sabem ler e interpretar alguns instrumentos de medidas mais usuais, como os citados acima.

Por meio da proposição de atividades que explorem as medidas mediante unidades não convencionais, como passos ou palmos, podemos evidenciar para os alunos que, para efeito de comunicação, é importante utilizar unidades padronizadas e os sistemas de medidas convencionais. As experiências de medição de um mesmo objeto com unidades padronizadas diferentes — por exemplo, metro e centímetro — podem ajudá-los a compreender as relações entre as diversas unidades, as regras de conversão de uma unidade para outra e as relações destas com as regras do sistema decimal de numeração.

MEDIDAS: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Conceito

- Introduzir, por meio de situações que a medida envolve, a comparação entre duas grandezas de mesma natureza e a verificação de quantas vezes a grandeza tomada como unidade de medida cabe na outra.
- Comparar grandezas de mesma natureza e identificar unidades de medida através de estratégias informais.
- Perceber que o número que indica a medida varia conforme a unidade de medida utilizada.

Sistema monetário brasileiro

- Estabelecer relações entre os valores monetários de cédulas e moedas em situações-problema do cotidiano.
- Empregar procedimentos de cálculo mental e escrito para resolver situações-problema envolvendo preços, pagamento e troco com cédulas e moedas

Tempo

- Ler, construir e utilizar o calendário como referência para medir o tempo.
- Estabelecer relações entre dia, semana, mês e ano.
- Ler e utilizar o relógio de ponteiros e o relógio digital como instrumentos para medir o tempo.
- Estabelecer relações entre dia, hora e minuto e hora, minuto e segundo.
- Resolver situações-problema envolvendo datas, idades e prazos.

Temperatura

- Ler o termômetro clínico e o termômetro meteorológico, reconhecendo o símbolo °C (graus centígrados).

Comprimento

- Realizar medições utilizando unidades de medida não convencionais e representar o valor da medida.
- Conhecer as unidades usuais de medida de comprimento (metro, centímetro, milímetro e quilômetro), estabelecendo relações entre elas.
- Medir comprimentos, utilizando instrumentos como fita métrica, trena e régua, e expressar a medida na unidade adequada, em função do contexto e da precisão do resultado.

Capacidade

- Conhecer as unidades usuais de medida de capacidade (litro e mililitro) e as relações entre elas

Massa

- Conhecer as unidades usuais de medida de massa (grama, quilograma e miligrama), estabelecendo relações entre elas.
- Medir a massa, utilizando balanças, e expressar a medida na unidade mais adequada, em função do contexto e da precisão do resultado.

4.4.4. Geometria

O estudo da Geometria favorece um tipo de pensamento que permite interpretar, descrever e representar de forma organizada o mundo em que vivemos. As atividades de geometria desenvolvem o sentido espacial, que é a percepção intuitiva do próprio entorno e dos objetos nele presentes. Fazem parte do sentido espacial as idéias e intuições sobre orientação, direção, forma e tamanho das figuras e objetos, suas características e suas relações no espaço.

A partir da observação do espaço, pode-se desenvolver a capacidade de reconhecer formas, e representá-las, bem como identificar suas propriedades e abstraí-las. Essas habilidades compõem a base para a construção das relações espaciais que caracterizam o pensamento geométrico. Os conhecimentos geométricos também estão presentes e revelam-se necessários em várias atividades profissionais: na construção civil, na modelagem e na costura, nas artes plásticas e nos esportes.

As atividades para explorar as noções espaciais devem partir de situações nas quais os alunos sejam levados a estabelecer pontos de referência em seu entorno para se situarem e se deslocarem no espaço, assim como para definirem a situação de objetos no espaço, inicialmente considerando um ou dois pontos de referência e posteriormente considerando vários. Durante essas atividades, os alunos deverão ser estimulados a dar e receber instruções utilizando o próprio vocabulário. Ao longo do tempo, após se familiarizarem com o vocabulário convencional referente à localização, poderão dele fazer uso.

Com relação à aprendizagem das formas geométricas, as atividades devem ser de observação e reconhecimento dessas formas nos objetos que compõem o ambiente em que os alunos se encontram. A partir daí, podem-se explorar algumas características das figuras geométricas, sem a preocupação com o uso da terminologia convencional.

GEOMETRIA: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Espaço, dimensão, posição, direção, sentido

- Descrever a situação de objetos presentes no entorno, empregando a terminologia referente:
- ao dimensionamento (maior, menor, mais curto, mais comprido, mais alto, mais baixo, mais largo, mais estreito etc.);
 - à posição (em cima, embaixo, entre, na frente de, atrás de, direita, esquerda etc.);
 - à direção e ao sentido (para frente, para trás, para a direita, para a esquerda, em sentido contrário, no mesmo sentido, meia-volta etc.).
- Localizar-se no espaço com base em pontos de referência e algumas indicações de posição.
- Descrever sua posição e a posição de objetos no espaço, dando informações sobre pontos de referência, direção e sentido.
- Distribuir de maneira adequada registros sobre o papel (transcrição de textos, reprodução de desenhos, tabelas e gráficos).
- Ocupar espaços percebendo as relações de tamanho e forma.
- Medir, comparar e representar graficamente os espaços.

4.4.5. Introdução à Estatística

A introdução deste tema justifica-se pela frequência com que dados estatísticos são utilizados pelos veículos de comunicação, onde aparecem representados por tabelas e gráficos. Informações estatísticas são cada vez mais amplamente divulgadas e sua importância para a análise de fenômenos sociais e para a formação de opinião pode ser avaliada, por exemplo, pelo impacto que causam as pesquisas de intenção de voto nos períodos pré-eleitorais.

O estudo de procedimentos de coleta e representação de dados justifica-se também pelo fato de constituírem fonte de situações-problema reais, envolvendo contagem, números, medidas, cálculos e estimativas. Favorece ainda o aprimoramento da comunicação oral e escrita, à medida que se solicite aos alunos que falem e escrevam sobre os procedimentos por eles utilizados para buscar informações e sobre as conclusões encontradas a partir da análise de dados. A análise de dados estatísticos também pode enriquecer o tratamento de muitos temas das ciências sociais e naturais.

Podem-se propiciar aos jovens e adultos situações de leitura e análise de dados quantitativos nas suas diferentes formas de apresentação, a partir de atividades de contagem ou de levantamento de dados sobre populações ou fenômenos do entorno próximo. Por exemplo, pode-se solicitar um levantamento dos estados de origem dos

alunos do centro educativo e, a partir daí, iniciar um estudo sobre os movimentos migratórios no Brasil. Dados dessa natureza podem ser sistematizados e apresentados em tabelas simples, com números naturais, de fácil compreensão por parte daqueles que estão se iniciando no processo de aprendizagem.

É fundamental que os alunos aprendam a coletar informações e produzam registros pessoais para organizá-las. Posteriormente, poderão exercitar a leitura e interpretação das informações apresentadas em registros convencionais, tais como as listas e tabelas de dupla entrada, e também construir formas mais elaboradas de registros, como os gráficos de barra.

ESTATÍSTICA: CONTEÚDOS E OBJETIVOS

Coleta, sistematização e análise de dados

- Coletar e organizar dados e informações.
- Construir registros pessoais para comunicar informações coletadas.
- Analisar fenômenos sociais e naturais a partir de dados quantitativos.

Tabelas e gráficos

- Reconhecer, descrever, ler e interpretar informações apresentadas em tabelas simples, tabelas de dupla entrada, gráficos de barra, gráficos de linha, gráficos de setor.

Bibliografia

- CORAZZA, Sandra Mara. *Tema Gerador: concepções e práticas*. Ijuí: Unijuí, 1992.
- FERREIRO, Emília. *Com todas as letras*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GARCÍA-HUIDOBRO, Juan Eduardo. Mudanças nas concepções atuais de educação de adultos. In: *Encontro latino-americano sobre educação de jovens e adultos trabalhadores*. Brasília: INEP, 1994.
- HADDAD, Sergio. Tendências atuais da educação de jovens e adultos no Brasil. In: *Encontro latino-americano sobre educação de jovens e adultos trabalhadores*. Brasília: INEP, 1994.
- KLEIMAN, A.B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Pedagogia de projetos: intervenção no presente. *Presença pedagógica*. V.2, n. 8, mar/abr 1996.
- MESSINA, G. *La educación básica de adultos: la otra educación*. Santiago: Unesco, 1993, 212 p.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Arte*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- OECD — Organization for Economic Co-operation and Development. *Literacy, economy and society: Results of the first International Adult Literacy Survey*. Paris: OECD, 1995.
- RIBEIRO, Vera Masagão (coord.). *Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997.
- _____. *Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos*. Campinas: Papirus; São Paulo: Ação Educativa, 1999.
- SOARES, Magda. B. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 0, p. 5-16. Belo Horizonte: ANPED, 1995.

Referências Bibliográficas das Citações:

- BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- Carvalho, Dione Lucchesi de. A educação matemática dos jovens e adultos nas séries iniciais do ensino básico. In *Alfabetização e Cidadania* n° 6. RAAAB, SP, dezembro 1997.
- Chalanguier, Claude. *A expressão corporal*. Rio de Janeiro, Entrelivros Cultural, s/d.
- Freire, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- Freire, Paulo. *Professora Sim, tia não*. São Paulo, Olho D'água, 1994.
- Kauffman, Ana Maria. *Escola, leitura e produção de textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- Kleiman, Angela. Modelos de Letramento e práticas de alfabetização na escola. In _____ (Org.) *Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social e a escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- Soares, Magda. *Letramento, um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1998.
- Zabala, Antoni. *A prática educativa*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO SESC

PRESIDENTE

Antônio de Oliveira Santos

DIRETOR GERAL

Oswaldo Kilzer da Rocha

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA EM EDUCAÇÃO

Jaime Ariston de Araújo Sobrinho

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Luís Fernando de Mello Costa

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Francisco José Alves Penna

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA EM LAZER E CULTURA

Neusa Pinto e Castro

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE

Juvenal Ferreira Fortes Filho

DIVISÃO DE FINANÇAS

João Carlos Gomes Roldão

DIVISÃO DE INFORMÁTICA

Délcio José Masiero

DIVISÃO DE INVESTIMENTOS

Elversisto Dantas do Rosário

DIVISÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO

Eli Araripe de Albuquerque

SECRETARIA DE PROMOÇÃO INSTITUCIONAL

Margaret Rose de Resende de Oliveira Santos